

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-9-2021.

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Mauro Zacher e Roberto Robaina. Em votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0601/21). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Bruna Rodrigues, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen e Psicóloga Tanise Sabino. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Matheus Gomes, Leonel Radde, Daiana Santos e Karen Santos, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Pedro Ruas e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Matheus Gomes, Bruna Rodrigues e Roberto Robaina, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes,

Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, Jonas Reis e Roberto Robaina, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por QUATORZE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Jonas Reis, Roberto Robaina e Claudio Janta, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por DEZ VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, Bruna Rodrigues, Idenir Cecchim, Leonel Radde, Matheus Gomes e Jessé Sangalli, tendo votado sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e TREZE VOTOS NÃO, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Bruna Rodrigues, Aldacir Oliboni, Aírto Ferronato, Roberto Robaina e Moisés Barboza, tendo votado sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Professor Franzen, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e votado não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna

Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Às vinte e duas horas e trinta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito verificação de quórum para a realização da 21ª Sessão Extraordinária, diretamente na Ordem do Dia.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 18h56min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0601/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/21, que autoriza o Poder Executivo do Município de Porto Alegre a promover medida de desestatização da Sociedade de Economia Mista Companhia Carris Porto-Alegrense (CARRIS). **(SEI 118.00184/2021-14)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 02 (destacadas), do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Bancada do PT);
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querido povo de Porto Alegre, venho até esta tribuna para dialogar com o plenário, para dialogar com as vereadoras, com os vereadores, para que possamos entender quais são os problemas reais colocados para a cidade. Um deles nós já entendemos, mas tem gente que finge que não compreendeu. Um deles é que vender uma empresa pública que garante qualidade não vai trazer para Porto Alegre a solução. Vocês já entenderam, vocês querem votar com o governo, porque o governo manda em vocês, ele comanda o mandato de vocês, ele ordena, ele diz: “Votem, fiquem até a meia-noite, votem conosco. Vamos lá, vender a Carris, vender a Procempa, vender aqui, vender lá”. Esse é o governo do Melo, do Ricardo. Depois, eu sei o que vai acontecer, o mesmo que o Marchezan, um vereador briga, o outro tchau tchau, tchau tchau, tchau tchau, rachou, acabou. Mas o patrimônio se foi. O problema é que os nós temos aqui mais de 2 mil empregos em jogo. Há uma incerteza muito grande, por isso essa emenda é para que a gente possa dialogar com vocês. Vocês querem ficar com essa conta do desemprego no lombo de vocês também? Vocês já estão com a conta, e vocês vão pagá-la e ela é uma conta cara, da venda de uma empresa que foi muito e muito alvo de corrupção, muitas vezes. Ela foi alvo de corrupção, vocês não podem negar isso, estão nas páginas policiais de Porto Alegre. Agora, vocês podem ajudar a reduzir danos, essa é uma consciência que eu chamo vocês, vereadoras e vereadores, a pensar nas famílias que poderão ser desempregadas. E aí vocês pensam: "Ah não, são 2 mil e tantos cobradores, motoristas, esse povo aí todo pode ir para rua, não tem problema". O problema é que o salário desses servidores faz circular na cidade todo mês um dinheiro importante para o setor de comércio e serviços. São mais de R\$ 700 mil que geram outros 7 mil empregos indiretos, nos supermercados, nas farmácias, nas padarias, nos setores diversos. Esse dinheiro que gera emprego dentro da Carris, ajuda a conter o desemprego que o bolsonarismo cria. Até estou sentindo falta aqui, hoje, daquele vereador bolsonarista, de carteirinha. Eles estão com 15 milhões de desempregados, e o Melo, ao invés de ajudar Porto Alegre, quer gerar mais. Então nós queremos que tenha de fato um programa real de compreensão do problema que está colocado, a venda de uma empresa. Quem geriu ela mal? Na mão de quem que ela estava? Do Fogaça, do Fortunati, do Marchezan, agora, do Tião. São eles os administradores, estão lá dentro, na salinha, acabei de ver o diretor-presidente Maurício e o Záchia. Eles são os responsáveis, eles estão aqui entregando a empresa, eles estão acompanhando. Não adianta dizer para nós que eles estão a favor dos trabalhadores, que eles querem ajudar. Não, eles estão aqui! Eles poderiam articular, eles receberam os trabalhadores, os trabalhadores disseram que era viável, que tem como construir solução, e a solução não é demissão, e a solução não é vender, mas o governo quer vender, vender, vender. É a cartilha neoliberal, que não tem consciência social. Desculpem dizer isso para vocês, mas vocês não têm a compreensão do que é ir para uma fila do Sine, um mês, dois, três, quatro, cinco, seis e não conseguir um emprego, não conseguir de volta o lugar de onde tirar o salário honesto para alimentar a sua família, de onde tirar um prato de arroz e feijão. Vocês não têm consciência, porque muitos de vocês estão há muito tempo na política, muitos de vocês foram secretários, tem gente que até deputado foi e voltou para cá. Não sei porque voltou, mas voltou, não

se constituiu e vem aqui e agora vota pelo desemprego. Hoje, choveu num bairro que eu tive que ir, no Teresópolis. O Teresópolis está embaixo de dejetos de esgoto, não tem vereador que abrace o Teresópolis para construir cidadania lá, está um abandono, e aí vem aqui e gera mais desemprego, gera mais insegurança na cidade, além de ajudar toda hora a sucatear os serviços públicos. Para concluir, Presidente Nádia, quero que vocês possam ter a sensibilidade de votar positivo nesta emenda, tenham consciência, ajudem a reduzir danos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Já é boa noite, mas, infelizmente, não é uma boa-noite, mas já é noite lá fora e nós estamos aqui discutindo, enquanto alguns debocham das pessoas que estão aqui fazendo uma luta justa, e justa pelo emprego. Eu queria vocês tivessem respeito por isso, porque é importante. As pessoas que estão aqui, elas estão lutando por algo que é essencial à vida delas. Quando a gente não tem o nosso emprego ameaçado, a gente não entende, mas quem tem um emprego ameaçado, sabe.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu queria pedir respeito das assessorias, não é da minha, mas eu queria pedir respeito com as pessoas que estão aqui acompanhando, porque eu acho que é fundamental. Eu queria que o meu tempo estivesse garantido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Vereadora, a senhora está dando tempo para a galeria falar, continue.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Não, mas é porque eu estou vendo isso

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Eu estou vendo também, o seu tempo está passando, Ver.^a Bruna.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu estou sendo interrompida, então eu queria que a minha fala fosse garantida, meu tempo fosse garantido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A senhora está dando o tempo, continue, vereadora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu queria encaminhar a Emenda nº 03. É importante que vocês acompanhem tudo o que acontece aqui, porque quando o povo entra nessas galerias e tem oportunidade de ver o que acontece aqui, na continuidade do plenário, sai com outra concepção do que é a Câmara de Vereadores, do que é meu discurso e do que é na prática. De Casa do Povo tem bem pouco, vocês estão acompanhando, e esse desrespeito não é só com vocês, é com o nosso cotidiano. Assim como não tem empatia com a perda do emprego, também não tem empatia com a privatização de uma empresa que é importante, que é fundamental para a cidade. Eu estou falando aqui da Emenda nº 03, que garante aos trabalhadores e trabalhadoras o manejo e realocação dos trabalhos, porque nós estamos falando de mais de 2 mil postos de trabalho. Na semana passada, esta Casa foi palco de uma votação que prejudicou mais de 3 mil postos de trabalho, e hoje nós estamos falando de mais de 2 mil postos de trabalho. Para uma cidade que vive uma crise do emprego, uma crise econômica e sanitária por parte da sociedade, é importante que não seja o Estado o violador, o que garante o desemprego; não sei se o Executivo, que pasmem, era para estar garantido que a crise econômica não batesse na porta de vocês, não batesse na nossa porta, mas, ao invés disso, o Executivo municipal é quem garante que as pessoas sejam desempregadas, que essa empresa, que abriga mais de 2 mil trabalhadores, seja privatizada e seja entregue para a iniciativa privada. Então, esta emenda garante o manejo do trabalho, ela garante que todo trabalhador e trabalhadora da Carris tenha garantido o seu emprego. É inadmissível que nós não tenhamos compromisso com a empregabilidade. Quando muitos vêm ocupar esta tribuna, inclusive da base do governo, falando, discursando sobre a recuperação da economia, eu não sei de que parte da economia ou que parte da sociedade ou da classe social que eles representam, mas não é a mesma que eu, isso eu tenho certeza. Por isso, eu venho utilizar a tribuna encaminhando esta emenda. É importante que a gente garanta o emprego. Esta emenda fala do manejo completo dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós precisamos fazer aqui justiça com os trabalhadores e com as trabalhadoras que já vão ser superpenalizados, que já não vão ter a garantia do seu emprego.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Para concluir.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu vou seguir porque eu tenho mais um minuto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A senhora tem 30 segundos

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu acredito que é fundamental, assim como nós precisamos lutar para que a gente retome a economia, nós

também precisamos lutar para que as pessoas não percam o emprego. O prefeito Melo não venceu a eleição dizendo que ia desempregar mais de 5 mil trabalhadores; o prefeito Melo não se elegeu dizendo que ia privatizar a Carris, que ia acabar com o cobrador, que logo ia vender todo o patrimônio público – não foi essa a promessa de eleição que ele fez. Não foi dizendo que não ia administrar o patrimônio público que ele venceu a eleição, e nós aqui não podemos compactuar com isso. Nós vamos ser a capital dos miseráveis, se nós não garantirmos que os trabalhadores tenham dignidade, que tenham seu salário garantido, porque o nosso está garantido todo mês. Todo final de mês, nós temos o nosso salário garantido, sem nenhum atraso, mas é o trabalhador e a trabalhadora que não sabem qual vai ser o seu futuro. É inadmissível que os vereadores e as vereadores não se comprometam, afinal de contas, também não estão comprometidos com as nossas sinaleiras lotadas, com as nossas escolas alagadas, que com qualquer chavinha alaga. É o patrimônio público que está em ataque, é o patrimônio público que está sofrendo aqui nesta cidade. E é inadmissível que a gente seja conivente com tudo isso, afinal de contas, cadê a empatia desses vereadores e vereadoras, a empatia acontece de dois em dois anos, na eleição.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Vou solicitar novamente que os vereadores fiquem nos seus cinco minutos, para que eu não tenha que cortar o microfone da tribuna. Todos têm ali o cronômetro, os vereadores que desejam dar fala para galeria estão contando no seu tempo.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente Cecchim. Esta emenda traz à tona um debate importantíssimo, colocando aplicabilidade dessa discussão que nós estamos fazendo aqui hoje após a pandemia. Ao meu ver, a reflexão importante que a gente pode fazer a partir daí, é como que os governos vêm se portando neste momento, porque a pandemia, ao longo desses últimos meses, limitou a

possibilidade de participação da sociedade civil em discussões estratégicas que vêm ocorrendo no nosso País, e hoje segue impedindo a participação dos trabalhadores aqui neste plenário. Essa é a justificativa que a presidência da Casa, que a Mesa Diretora coloca para não abrir as galerias às trabalhadoras e trabalhadores da Carris, rodoviários da sociedade civil interessados em debater o futuro do transporte público neste momento. Então é óbvio que há contradições nesse discurso e fica cada vez mais difícil para o governo sustentar as suas ideias. Inclusive, na semana passada, eu li um artigo no jornal Zero Hora que falava sobre a influência do negacionismo no governo Melo, e é uma verdade, desde o início do ano a Prefeitura tratou a pandemia como se ela fosse um problema menor, e isso fez com que lá no auge da bandeira preta, no mês de março, Porto Alegre fosse manchete de jornais pelo mundo como epicentro da pandemia, mas naquele momento, no auge das ocupações de UTIs, de leitos clínicos, de óbitos na nossa cidade, quem não teve folga, em momento algum, foram as trabalhadoras, os trabalhadores rodoviários da cidade de Porto Alegre. Esta é a verdade que precisa ser dita aqui neste plenário: rodoviários não tiveram folga em meio à pandemia e se expuseram num trabalho que foi cientificamente comprovado e debatido um dos principais vetores da contaminação da covid-19. Isso era, no mínimo, uma medida de prudência, de respeito para que a gente pudesse estruturar essa discussão.

E vejam bem, nós não fazemos esse apelo aqui por falta de propostas, não é por isso, aqui, trabalhadoras e trabalhadores rodoviários, vereadores da oposição apresentaram várias propostas para Prefeitura da nossa cidade, várias propostas para debater o transporte, alternativas, a começar por fazer aquilo que consta na última visitação que foi feita, que era a Prefeitura assumir o controle da Câmara de Compensação Tarifária, tirar das mãos da ATP e dos empresários do transporte público esse elemento estratégico na cidade de Porto Alegre. Nós poderemos começar por isso, e essa medida, Ver. Pedro Ruas, inevitavelmente deveria ter, na sua sequência, uma auditoria do que foi essa Câmara de Compensação Tarifária nos últimos cinco anos.

A Prefeitura hoje pode cometer um equívoco histórico, que é autorizar a privatização, a extinção da Carris no escuro, porque não se sabe o que se passa nas contas do sistema como um todo. A lógica que está sendo aplicada na discussão deste projeto é como se o problema do transporte público na cidade de Porto Alegre fosse apenas da Carris, como se ela não fosse parte de um conjunto, como manda, inclusive, a licitação, que estabeleceu quatro bacias do transporte na cidade de Porto Alegre, dividiu, organizou a partir daí a divisão de quilometragem, o preço das tarifas que é cobrado. A Carris é parte de um sistema, então sem discutir esse sistema como um todo, olhando apenas para a Carris como se ela fosse um problema, na verdade, nós estamos deixando ficar desnudada a lógica com a qual a Prefeitura olha para o transporte público, que é privilegiando os empresários do transporte. Essa é a grande questão que a população de Porto Alegre não é boba e vai compreender, porque sofre na mão desses empresários há décadas – essa é a verdade! A renovação de frota, por exemplo, que a Carris fez, a maior da sua história, 98 ônibus. Trabalhador que anda de ônibus aqui na cidade sabe, a pior coisa que tem é quando aquele ônibus quebra e tu estás atrasado para chegar ao trabalho, ou numa aula ou num compromisso pessoal. A Carris, por ter o

comprometimento com a qualidade dos serviços, felizmente, como já foi dito aqui, inclusive, com a autorização desta Câmara de Vereadores, renovou sua frota, dinheiro da administração pública que agora pode ser entregue de mão beijada para os empresários do transporte, ou os que já operam ou outros interessados em fazer isso na nossa cidade. É um absurdo o que está acontecendo aqui no dia de hoje, perde a população de Porto Alegre, que necessita da garantia desse direito social, que é seu direito de ir e vir, seu direito de andar num coletivo público e de qualidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Esta emenda que estamos defendendo a aprovação, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores – Ver. Oliboni, Ver. Jonas Reis, Ver.^a Laura Sito –, emenda apresentada pelo PCdoB e apoiada também igualmente pelo PSOL, tem como objetivo que, caso seja aprovada a lei – e não será –, ela só possa vigorar após 24 meses, encerrando o estado de calamidade. Esta emenda tem como objetivo nos lembrar em que período nós estamos, que é o período da pandemia, em que perdemos milhares de vidas, em que tivemos um abalo econômico absurdo pela má gestão do governo Bolsonaro, que destruiu a nossa economia, que já vinha cambaleando antes mesmo dessa pandemia, mas que, com as suas decisões fascistas e genocidas, nos levou ao caos econômico. Saímos da oitava economia do mundo e hoje somos a décima segunda economia do mundo, isso é responsabilidade de uma gestão que é replicado aqui na Prefeitura, através do Prefeito Sebastião Melo. Esta emenda que solicita 24 meses para entrar em vigor esta lei que será derrubada pela bancada de oposição é extremamente importante, porque demonstra que os partidos da oposição, do campo da esquerda, têm a compreensão sobre a realidade que abala todos os trabalhadores e trabalhadoras. O desemprego é galopante, trabalhadores foram colocados em segunda, terceira, quarta, quinta prioridade e principalmente os trabalhadores do transporte público quando o assunto é vacinação. Em nenhum momento a Prefeitura, que exigiu que os motoristas, cobradores, que todo transporte público continuasse a funcionar, mesmo no pior momento da nossa pandemia, em nenhum momento foram prioridade na vacinação, isso custou vidas, isso custou a saúde. E neste momento em que ainda estamos enfrentando esta pandemia, como uma gestão negacionista que sofre pressões de uma bancada negacionista nesta Casa, nesse contexto, nós temos que, mais uma vez, lembrar que as pessoas não podem ficar desempregada depois de terem dado tanto para nossa capital, terem doado as suas vidas para que a economia, como fala o nosso prefeito, não parasse. Não é isso que fala o prefeito Sebastião Melo? “Deem a sua vida pela economia da nossa Capital.” Pois então, foi o que fizeram os rodoviários e principalmente trabalhadores e trabalhadoras da nossa Carris. O mínimo – o mínimo! – que eles merecem é que, caso esta lei seja

aprovada, e não será, pelo menos tenham 24 meses ainda de respaldo para se organizarem, se organizarem em cooperativas e conseguirem manter seus empregos e o transporte público de qualidade na nossa capital. Estamos juntos com os rodoviários, com os motoristas, com os cobradores e com todos aqueles que labutam para transportar a nossa população. A Carris assumiu linhas deficitárias das empresas privadas, principalmente aquelas que davam prejuízos e que levavam o nosso povo para periferia. Se não fosse a Carris, muitos não teriam conseguido ir para o seu trabalho e que era uma exigência do Prefeito Sebastião Melo. Pedimos, mais uma vez, a aprovação desta emenda e estamos juntos na luta com os trabalhadores e trabalhadoras da Carris. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, prezados vereadores e vereadoras, eu subo aqui para encaminhar pela bancada do PCdoB e vou fazer questão, inclusive, de ler que a nossa justificativa para esta emenda é porque o transporte público municipal, que enfrenta uma crise, tem a Carris cumprindo importante papel há 150 anos, isso é incontestável. É um papel para mobilidade humana e que toda essa correlação necessária de ser muito bem analisado neste momento não está sendo considerado, entretanto os resultados dessa empresa demonstram que, se bem administrada, e isso é importante, tem resultados positivos na prestação de serviços e no saldo financeiro. A exemplo disso teve um esforço que recentemente veio com a venda de excedentes da companhia. Nós acreditamos que parte desse prejuízo que se imputa a essa campanha no último período tem a ver com a crise do transporte, de uma forma geral, o que de fato essa empresa tenha a cumprir essas obrigações. Diferentemente desses consórcios privados, e quando os porto-alegrenses foram abandonados por essas concessionárias privadas, a companhia pública, que presta esse serviço que é essencial, e mais uma vez eu digo, isso é inegável, para todas as pessoas, cumpre de forma integral esse papel, Sr. Presidente. Dessa forma, nós entendemos que é mínimo um período de 24 meses, ou seja, dois anos após a pandemia, considerando todos os impactos, aquilo que a gente não consegue mensurar e como vai se dar essa relação do pós-pandemia. E, aí, todos os indicadores que já foram muito bem trazidos aqui pelos colegas que falaram anteriores a mim, que a gente fala de toda uma relação sanitária, de um cuidado sanitário, mas também econômico, de cunho socioeconômico na verdade. Isso é importante que a gente traga como parte fundamental nesta construção da defesa desta emenda porque essa é a centralidade. Então, pensando que são fundamentais para avaliação da necessidade dessa desestatização e que nós temos, sim, outros caminhos. Então, esses 24 meses são fundamentais, são dois anos para que seja feita uma reavaliação e que, minimamente, Ver. Aldacir Oliboni, possa ser considerado aquilo

que é importante, mas que também venha a compor esse cenário que nós não temos o conhecimento. Defendemos esse período por saber que aquilo que agora já estamos vivenciando é uma crise humanitária, falamos dessa relação do desemprego, das centenas de famílias que, obviamente, ficarão desamparadas aumentando esse contingente e que isso, atrelado a esse período socioeconômico acentuado pela desigualdade, pode ser uma catástrofe. Então, olhar para essa relação e pensar que alastrar esse período por dois anos se faz necessário para que a gente possa ampliar esse debate. Essa justificativa para emenda vem ao encontro da necessidade desse debate ampliado, mas, principalmente, considerando essa relação direta e um período que é extremamente obscuro, ainda se tratando do impacto que nós não temos como mensurar. Pensar nisso é ter responsabilidade com a população, pensar nisso é ter responsabilidade com os trabalhadores, pensar nisso é ter responsabilidade com o nosso papel nesta Casa. E é dessa maneira que encaminho para esta Emenda nº 04. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vereadores e vereadoras, subo a esta tribuna para encaminhar esta emenda que nada mais é que um pedido de tempo, um tempo de dois anos, até que haja um novo processo licitatório, porque, caso vocês não saibam, os 22% hoje das frotas de responsabilidade da empresa pública está garantido em edital de licitação. E o questionamento que fica: quem é que vai assumir as linhas circulares? Quem é que vai assumir os transversais? Quem é que vai assumir o que hoje é de responsabilidade da empresa pública? E isso está garantido em edital de licitação. Então não é um projeto de lei que desestatiza a empresa que vai resolver a crise no sistema, sobretudo as linhas mais onerosas que historicamente foram encaminhadas à Carris. Então é um pedido de tempo para que a gente consiga se debruçar sobre o estudo que foi elaborado pela comissão de trabalhadores. É um tempo que a gente necessita até que a Prefeitura de Porto Alegre assuma, de fato, o sistema de bilhetagem eletrônica, e também é um tempo para que haja um novo processo de licitação com audiências públicas, com debate nas comunidades, que a gente consiga passar por este período de pandemia. Nós sabemos muito bem a dificuldade do povo de Porto Alegre em acessar os debates que estão acontecendo, porque há, sim, uma exclusão digital que se imperou neste período de pandemia, as pessoas não estão conseguindo acessar, de forma equânime, os debates via audiências públicas virtuais. Em 2015, depois de muita luta, depois de uma ocupação de quase 10 dias da Câmara de Vereadores Municipal, a gente conseguiu enquadrar a nata do transporte, que sempre deu as cartas no nosso Município, foi quase 30 anos explorando esse serviço sem licitação. Isso só aconteceu por causa da luta que emergiu das ruas, o bloco de lutas pelo

transporte público foi um instrumento construído, na época, que permitiu, minimamente, a gente constranger o poder público e abrir o primeiro processo licitatório da história de Porto Alegre. Se hoje a máfia tem acesso às frotas, se hoje a máfia tem acesso às garagens, se hoje ela tem o monopólio disso tudo, Ver. Jessé Sangalli, um monopólio que o senhor muito bem colocou aqui na tribuna, nós temos que quebrar esse monopólio. Esse monopólio só foi construído a base de muita exploração, de muito esbulho, de muita ilegalidade, de muita fraude no nosso sistema, e seguir permitindo que isso se imponha acima daquilo que é direito. Transporte coletivo não tem que visar lucro, massivamente, como é o transporte coletivo por ônibus, é inviável porque sempre vai prezar o lucro em cima da qualidade do transporte. Isso que a gente viveu na pandemia agora, da exclusão das linhas, da demissão dos cobradores, da falta de equipamentos básicos para esses rodoviários conseguirem garantir essa função que é direito constitucional, nós não podemos permitir que isso siga acontecendo por mais dois anos sem que se resolva essas questões que, do nosso ponto de vista, são questões primárias: enxergar a natureza da crise; consegui ter tempo de debater isso com a população de Porto Alegre, por isso as audiências públicas; fazer um novo processo de licitação; repactuar o transporte, olhando para o que é a competitividade dos aplicativos, buscando qualificar e fazer com que o transporte coletivo por ônibus seja mais competitivo e que as pessoas voltem a utilizar o ônibus como o seu principal veículo de locomoção. Isso é um plano, nós temos um plano, os trabalhadores da Carris elaboraram o plano e a gente precisa discutir isso. Aprovar o projeto às pressas não vai garantir qualidade. Aprovar o projeto às pressas é premiar a gestão fraudulenta das privadas, e é desconsiderar todo esse acúmulo que nós viemos carregando nas costas desde 2015 com muita luta, com ocupação da Câmara de Vereadores, com debate político. Nós não podemos colocar todo esse legado que foi construído pelo povo de Porto Alegre por que tem um projeto que precisa ser votado e por que o governo liberal do Melo e do Ricardo Gomes querem. Nós não podemos desconsiderar que toda essa crítica que a gente vem levantando aqui nesta tribuna em relação às ilegalidades e à necessidade de manter uma empresa de quase 150 anos, um patrimônio do povo gaúcho, um balizador de preços, nós não podemos negar tudo isso que foi construído com luta e com suor simplesmente porque querem aprovar um projeto. A gente pede um prazo de dois anos, então, para que esta lei entre em vigor e que a gente, de fato, utilize esses dois para se debruçar, para fazer debate, para incorporar esses acúmulos que hoje estão sendo negados aqui nesta noite e que, juntos, a gente consiga pensar uma saída estrutural para a crise do sistema. Não é simplesmente desestatizando, retirando cobrador, retirando as isenções. Para concluir, a gente vai conseguir dar uma resposta para a necessidade que hoje está posta que é qualificar o nosso transporte. Então, este é o encaminhamento da nossa Emenda nº 04 e a gente pede para que os vereadores estejam atentos a essa necessidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro rejeitada a Emenda nº 04 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ver.^a Mônica Leal, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde e, de modo especial, os trabalhadores e trabalhadoras da Carris, empresa pública que hoje o governo está apresentando o projeto de lei de sua liquidação. A Emenda nº 05 do nosso colega, Ver. Roberto Robaina, resumidamente diz, no seu artigo único, que qualquer das formas de desestatização estabelecida na legislação pátria da Companhia Carris Porto-Alegrense fica condicionada à deliberação de aprovação de medida em assembleia geral dos acionistas conforme Lei Federal nº 6.404, de 1996., lei que trata das S/A que eu falei no início da nossa sessão na Ordem do Dia. Portanto, vou alertá-los, colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs, este projeto terá recurso feito pela oposição e pelas entidades representadas junto ao Ministério Público, aos órgãos necessários porque ele é inconstitucional não obedecendo as leis das S/A, essa é a grande verdade. Portanto, colegas vereadores e vereadoras, tudo isso que nós fizemos aqui nesta tarde não foi obedecido pelo governo a lei federal das sociedades anônimas. Quem sabe quem são os acionistas da Carris? Aqui ninguém sabe, só se sabe que tem acionistas. Foi feito reunião dos acionistas para poder o prefeito ter autorização para mandar o projeto de lei de liquidação da Carris? Não está em nenhum lugar, nós não sabemos, não temos a informação e nem mesmo o governo fez, essa que é a grande verdade. E tem mais do que isso, as linhas têm que ser licitadas e o projeto de lei não prevê também isso. Então, nesse sentido, infelizmente, é bom que se diga, que o esforço enorme da oposição aqui neste plenário de estar alertando não só a base do governo, mas também os cidadãos e as cidadãs, não está tendo eco porque o governo não quer nem saber. Vocês estão vendo alguém encaminhar algo representando aqui o governo nas emendas? É um silêncio total, é algo impressionante, Ver. Roberto Robaina, a tua emenda diz exatamente que, em não obedecendo a questão da lei das S/A, ele é inconstitucional. O governo ali na frente vai perceber isso, vai ter que tomar outras medidas para poder corrigir o erro que hoje impôs a força sobre este plenário no Legislativo. Então, lamentavelmente, é mais uma medida descabida sem conhecimento de causa que o governo acaba trazendo para a Câmara de Vereadores. Foi assim com os cobradores, está sendo assim com a liquidação da Carris, vai ser assim com a questão das isenções e assim eles aproveitam a

composição da Câmara por ampla maioria e desrespeitando as empresas públicas que têm uma enorme função social, que tem um compromisso enorme para poder ser o regulador, no caso aqui, do transporte público e do não aumento das passagens. Mas eles dizem que a Carris traz prejuízo, vamos ver o que eles vão fazer com os servidores, vamos ver o que eles vão fazer com as linhas, vamos ver quem vai assumir essas linhas, vamos ver se, de fato, eles vão deixar de fazer o subsídio às grandes concessionárias. É tudo manchete e nada real, muito pelo contrário, o real será no dia seguinte quando eles perceberem que parte dessas iniciativas não vão resolver o problema do transporte público na cidade. Vão aumentar o número do subsídio do transporte público as concessionárias e não vão ter alguém que vai querer assumir as linhas da Carris, porque grande parte delas, de fato, são linhas da periferia e que na maioria, principalmente em tempo de pandemia, apresentavam prejuízos, mas assim mesmo o governo não quis passar subsídio para tal, nem mesmo R\$ 6 milhões mensais, mas para as outras tudo e para a Carris nada, essa é a grande verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Presidente na presidência dos trabalhos, Ver.^a Mônica Leal; vereadoras e vereadores; público que nos assiste, rodoviárias e rodoviários. Esta emenda, na verdade, salvaria, do ponto formal e legal, o projeto. Se o governo percebesse que a ausência de assembleia geral dos acionistas pode inviabilizar a própria lei, eu tenho certeza, Ver. Mauro Pinheiro, que até Vossa Excelência votaria nesta emenda, por quê? Porque o que ela prevê é uma norma geral das S.A. E a Carris, é Companhia Carris de Porto Alegre S.A., é sociedade anônima; é claro que o capital majoritário em torno de 99% é do Município de Porto Alegre, mas ela não deixa de ser uma S.A., ela não deixa de se submeter às leis gerais, particularmente a lei federal que regula e regulamenta as sociedades de economia mista e as sociedades anônimas em geral. Então, uma lei das S.A. se aplica integralmente neste projeto, e esta emenda faz essa exigência. Eu entendo, inclusive, vereadoras e vereadores, que a ausência desse requisito – a ausência desse requisito – pode levar à nulidade dessa lei; não desta especificamente, que é autorizativa, mas de uma outra que fosse para efeitos de, Ver. Moisés Barboza, privatização, de venda. Por que não desta, especificamente? Porque essa é autorizativa ainda, não é a própria da privatização, mas a exigência de assembleia geral para alienação, venda, privatização, enfim, de qualquer economia, de qualquer empresa de economia mista ou não, mas que seja sociedade anônima, é prevista em lei federal, não tem o que fazer. Vai precisar fazer, Ver. Roberto Robaina, assembleia geral de acionistas. Quem são os outros acionistas, além do Município de Porto Alegre? Eu não sei, mas sei que são 8%; e esses 8% têm que se reunir, decidir, deliberar com o Município em assembleia geral. É o que diz a emenda,

que está correta, pois está ancorada, está fundamentada na legislação vigente. Portanto, o que nós temos agora é uma situação até estranha, porque o governo, ao abrir mão dessa emenda, se votar contra, abre mão de uma regularização necessária, Ver. Oliboni. Abre mão! Ao mesmo tempo, do nosso ponto de vista, que apresentamos a emenda, do ponto de vista do Ver. Roberto Robaina, autor, ela é absolutamente correta, porque nós adiamos esse processo, de maneira que a sociedade tenha uma condição mais ampla, melhor, de mais tempo de discussão do projeto. Ou seja, a emenda é boa para o governo e é boa para oposição. Para o governo, porque ela deixa o projeto correto, legalmente enxuto; para nós, é importante que os rodoviários percebam, é importante porque joga para frente, para uma assembleia geral de acionistas, que não sei quem são, além do Município de Porto Alegre, mas não importa eu saber, eles existem. Importa que eles se reúnam em assembleia geral para debater e deliberar sobre o eventual destino da Carris, porque ela é S.A. Eles não têm alternativa. A ausência disso, por outro lado, é bom que o nosso jurídico fique preparado, remete à possibilidade forte, intensa, de um questionamento sobre a validade de qualquer lei, fora essa primeira, mas que dê outro destino à Carris. Por que fora essa primeira? É importante também os rodoviários pegarem bem esse ponto, pois vocês são lideranças que vão passar adiante, Rosângela, esse conhecimento. Este projeto de hoje não é o de alienação, ele não é o de privatização, ele não é o de venda, ele não é o de liquidação; ele é o de autorização. O outro ainda virá; temos muita luta pela frente. É importante estarem conscientes, rodoviárias e rodoviários, de que esse trabalho feito até agora, particularmente o engajamento na greve, foi um sucesso e tem que ser mais forte ainda, porque está por vir – concluo aqui, Presidente Mônica Leal – dizendo que esta emenda precisaria, sim, ser aprovada pelo governo. E se não for, nós criamos aqui um precedente importante, do ponto de vista jurídico, para anulação do que vem por aí. Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Mônica, obrigado! Bom, O Ver. Pedro Ruas já expôs, de maneira contundente, a importância dessa emenda, e nós não colocamos ela à toa aqui no debate. Na verdade, o Ver. Oliboni apresentou, logo no início da sessão, um requerimento para que o projeto fosse avaliado sob essa ótica, da lei das sociedades anônimas; agora, nós trazemos novamente a este plenário, dando uma oportunidade para o governo refletir sobre esse tema, como bem falou nosso líder da oposição ao final da sua explanação, que isso abre um precedente também para a continuidade desse debate sobre está sendo votado aqui hoje, do ponto de vista jurídico. A partir daí, gostaria de abrir uma outra reflexão: a luta em defesa da Carris e do transporte público não vai acabar nesta sessão, não vai de forma alguma. Porque o que se construiu, em termos de articulação, em termos de projeto para o transporte público, nessa luta que foi feita até aqui em defesa

da Carris, é algo muito maior, porque, de fato, foram apresentadas propostas, houve engajamento de setores da intelectualidade, da academia, da nossa bancada de oposição, e há, que é mais importante, mobilização social em torno desse tema, que, neste momento, se expressa ainda na greve que as trabalhadoras e os trabalhadores da Carris fazem desde a semana passada, de maneira heroica. Fazer uma greve não é uma decisão simples; o trabalhador que já viveu essa situação sabe que muita coisa é colocada em risco. E o que se pensa, na garagem da Carris, desde a semana passada, ao deliberar pela continuidade dessa mobilização, é o que está em risco para esses trabalhadores com o projeto que está sendo votado aqui hoje, a manutenção dos seus empregos, dos postos de trabalho, num momento em que o Rio Grande do Sul tem – hoje - mais de 500 mil desempregados – esse é o número do desemprego do nosso Estado, mais de 500 mil pessoas. Nos últimos anos, vários trabalhadores do transporte coletivo de Porto Alegre foram trabalhar como motorista de aplicativo – essa é uma realidade de vários. Esses trabalhadores hoje estão numa situação muito difícil, muito difícil, ganham menos do que ganhavam há seis anos, quando começou o transporte por aplicativo aqui na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Essa realidade é do conjunto da classe trabalhadora hoje, não está fácil para ninguém. O desemprego é certamente o principal mal que aflige a classe trabalhadora brasileira neste momento, e a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mais uma vez, pela segunda vez, em sete dias, vai votar um projeto que amplia o desemprego na cidade de Porto Alegre. Essa é a mensagem que as vereadoras e os vereadores estão passando para nossa cidade; esta Câmara não é solidária ao problema que aflige milhares de pessoas em Porto Alegre. Não é! Também não conseguiu dialogar, como bem já falou aqui a Ver.^a Bruna, com o tema da pobreza e do aumento da desigualdade social, que fez a nossa capital ser a que teve maior crescimento no número de pessoas vivendo em situação de pobreza e de extrema pobreza. Nós estamos falando disso, de problemas reais. E infelizmente essa discussão vem sendo veementemente ignorada pela Prefeitura de Sebastião Melo; ignorada. Até agora não houve política para o andar de baixo. O cartão social está no mesmo número que atingia na época do governo Marchezan; nós não estamos com política para quem está mais precisando; pelo contrário, vemos uma Prefeitura se movimentar exclusivamente a partir dos interesses de quem já tem o seu garantido no final do mês, daqueles e daquelas que lucraram por décadas. E nós vamos repetir aqui até cansar; a gente não vai cansar, na verdade, de repetir. Eu sei que tem alguns que já estão cansados de ouvir a gente falar isso, mas é preciso: os empresários do transporte público lucraram de maneira ilegal por décadas, e agora a Prefeitura prefere privatizar a Carris do que abrir a caixa-preta da ATP. Isso é um absurdo; a cidade de Porto Alegre, infelizmente, paga muito caro pela decisão que está sendo tomada aqui hoje.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Colegas, venho defender, em nome da bancada do PCdoB, a Emenda nº 05. Eu, inclusive, se fosse integrante da base do governo, aprovaria esta emenda, porque ela é a garantia da legalidade desse projeto. Esta emenda é a garantia porque ela fala que o projeto só passa a vigorar depois da assembleia dos acionistas, o que é garantido na lei das S.A. Infelizmente, o governo, acredito, tem vindo para o plenário - e isso não só em relação a este projeto, mas em todos os projetos que são importantes para o governo - disposto a passar a patrola. Isso a gente já sabe, a gente tem vivenciado aqui dias muito duros, não para nós, de forma individual; eu aqui, enquanto vereadora, faço o meu trabalho, garanto que a minha atuação seja honesta, para com quem me elegeu. Agora, o governo não tem sido honesto com a cidade, o governo não tem sido honesto com a população de Porto Alegre que tem passado dias muito difíceis. Eu, agora, recebi aqui fotos da escola Emílio Meyer, escola que foi alagada pela chuva. Essa deveria ser a preocupação central do governo, deveria ser a recuperação da escola, a retirada das nossas crianças da sinaleira, a recuperação de um bom transporte público e de qualidade para a cidade, mas, infelizmente, parte da dedicação do governo tem sido com a garantia do desemprego, o sucateamento do serviço público, a entrega do serviço público para a cidade. Nós vivenciamos isso todos os dias aqui, quando nós enfrentamos projetos como este, como foi na semana passada, da retirada dos cobradores. Parte dos vereadores e das vereadoras que votaram com o governo não tem a noção que significa a presença um cobrador às 23h, para uma mulher que sai do BarraShoppingSul e vai para a Restinga. Eu tenho certeza de que não sabe, porque se soubesse, se soubesse, não seria favorável ou minimamente seria mais honesto, não é? Agora, que a patrola vai passar, isso a gente já sabe, Ver. Robaina. Agora, o que nós queremos garantir é que todos os processos legais sejam garantidos. O processo, como tem sido, não garante a legalidade do projeto – não garante a legalidade do projeto! E nós entraremos judicialmente. E, mais uma vez, a via legal, o Judiciário vai ter que interferir, vai ter que interferir numa decisão do Executivo, porque tem sido irresponsável, e parte do nosso compromisso aqui é garantir a legalidade, nós fomos eleitos para fiscalizar o Executivo. E nós temos tentado fazer da melhor forma possível; agora, quando o projeto é de interesse do Executivo, a patrola vem, descontrolada, mas não vem com a mesma intensidade, quando nós falamos, Ver.^a Daiana, da distribuição das merendas nas escolas, que é importante para as nossas crianças, quando nós falamos que é importante garantir auxílio emergencial para famílias que têm vivenciado dias muito difíceis, a partir do desemprego. Esse Executivo e uma parcela considerável desses vereadores legislam para quem mais tem, para o empresariado da cidade, para a burguesia da cidade; em contrapartida, faz com que as nossas comunidades sejam bolsões de miséria, bolsões de miséria! O prefeito Melo, quando se elegeu, elegeu-se com a base popular. Eu, enquanto vereadora, fazia campanha, me encontrava diversas vezes com o candidato a prefeito Melo, que hoje aqui trai a população vendendo a Carris, trai a população.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Mônica. Bem, nós temos feito um esforço para que a Câmara de Vereadores não dê esse cheque em branco para o governo Melo. Eu confesso que não tem como dar cheque em branco para o MDB, porque o MDB já fraudou o cheque quando fez sua gestão da Carris. E parte do déficit da Carris é o roubo do MDB na gestão da empresa. Imaginem se nós vamos dar cheque em branco para quem já fraudou a Carris e agora quer entregar a Carris para não sei quem! Não vamos mesmo! Não vamos! Não vamos dar cheque em branco! Se a Câmara quiser dar, é a Câmara. O que nós vamos fazer? A Câmara foi eleita – tem uma maioria, tem minoria. O povo tem que tirar conclusões igual de quem é quem. E vocês saibam que os trabalhadores da Carris não estão lutando em vão, eles vão e estão aprendendo, em dias, sobre a política municipal, mais do que aprenderam em muitos anos, porque eles estão acompanhando o que os vereadores e as vereadoras estão fazendo. E seria muito diferente a cidade de Porto Alegre e a política de Porto Alegre se o povo acompanhasse o que faz e como vota cada um dos vereadores; como seria melhor a Câmara de Vereadores. Nós estamos fazendo uma emenda básica, como disse muito bem o advogado Pedro Ruas, que é um político experiente e um advogado competente, a nossa proposta é uma proposta que seria inclusive útil para o governo, porque ela ajuda a legalizar a política do governo – uma assembleia de acionistas para poder alienar o patrimônio da empresa. E nós estamos fazendo, evidentemente, para poder prorrogar o máximo possível, para poder evitar o máximo possível que se consume esse cheque em branco, porque esse cheque em branco é muito perigoso. Eu confesso que até agora, professor Alex Fraga, não sei qual é o projeto do governo para a Carris. Aliás, a gente não sabe qual é o projeto do governo para o sistema, porque o óbvio é que esse ataque à Carris vai significar piorar o sistema – o transporte vai piorar. Mas é lógico, também, a tragédia é que esse governo não dá muita bola se o transporte piora para a população; eles não dão muita bola. Tanto que está em greve a Carris, e o governo mente na sociedade, dizendo que foi tudo normal, os consórcios privados ajudaram a garantir esse serviço essencial – conversa. O sistema de empresas privadas não obedece ao governo muitas vezes. A gente já viu que a Trevo sabotou o governo, a gente viu na pandemia que quem garantiu a cobertura de linhas que empresas privadas não fizeram foi a Carris; foi a Carris que garantiu! Os empresários privados só pensam em lucro, eles fizeram essa licitação, eles têm 6% garantidos – eu nunca vi disso em licitação; fizeram uma licitação, e esses empresários que passaram a vida inteira chorando, têm 6% de lucro garantido em plena licitação. E, apesar disso, não cumprem a licitação, não cumprem a lei. E aí o problema do sistema é a Carris. A ATP tem mais de R\$ 100 milhões no caixa, não repassa os recursos da Carris, e a culpa é da Carris. O sistema agora está deficitário por causa da Carris. Eu não sei, sinceramente, o que o governo vai fazer, porque eu não sei se eles vão encontrar compradores para a Carris. E nós vamos fiscalizar, nós vamos fiscalizar cada ato, nós não vamos aceitar que tenha

nenhum tipo de negócio obscuro, nós vamos ficar de olho, nós vamos exigir que o Tribunal de Contas fique de olho, nós vamos recorrer à justiça, nós vamos resistir com todas as armas que se possa resistir para evitar a entrega desse patrimônio público, para evitar demissões de trabalhadores e trabalhadoras. Esta emenda é parte dessa resistência, uma emenda democrática, uma emenda básica, uma emenda que garante a legalidade, mesmo deste projeto do governo; esta emenda ajuda a dar legalidade para este projeto do governo. E nós evidentemente vamos contestar legalmente qualquer ato que saia da Câmara que não tenha correspondência na justiça. Obrigado, Presidente Mônica.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 013/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 05 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Agora são pouco mais de 20h e é perceptível que nós estamos aqui quase que em um monólogo. Os vereadores da base são incapazes de vir aqui pelo menos fazer um debate, a defesa, a sustentação da argumentação frente à consolidação da privatização da Carris. Isto é mais uma materialização do que se transformou a Câmara de Vereadores de Porto Alegre: um grande cartório do prefeito Melo. Este espaço aqui nada mais é do que um espaço para chancelar as movimentações do governo, algo extremamente triste frente à dimensão do que está sendo debatido aqui, algo que nos empobrece e, de fato, debocha, de certa forma, daqueles trabalhadores e trabalhadoras que se deslocaram até aqui para poderem pedir para entrar, para poderem ocupar o seu espaço aqui nesta Casa Legislativa, para poderem ouvir o debate, inclusive interagirem com debate feito no plenário; mas não há debate sendo feito no plenário, há apenas a oposição aqui defendendo suas emendas, que são no sentido inclusive de dar explicitude. As nossas emendas nada mais são do que instrumentos para dar explicitude às diversas lacunas presentes nesse processo de privatização da Carris. E assim, nesse mesmo sentido, vem a Emenda nº 06, que autoriza a transferência total aos trabalhadores e trabalhadoras concursados da Carris a sociedade, os ativos, inclusive o controle acionário da empresa de transporte. Mais uma

emenda no sentido de que nós possamos ter um processo de participação, um processo que consiga encaminhar uma alternativa diferente ao processo da empresa. Infelizmente a ausência do debate aqui, neste plenário, inclusive é uma ausência daqueles e daquelas que não querem sequer se comprometer com um balanço sobre a administração da empresa, que carregou a Carris para essa condição que faz com que o debate a ser feito se coloque – não é, Ver. Jonas? – sobre a sua incapacidade contábil de manutenção. Um equívoco inclusive porque uma empresa pública de transporte não tem como vocação dar lucro, ela tem como vocação principal prestar o serviço, garantir a circulação, garantir o bom atendimento à população, algo que a Carris faz – isso é importante a gente frisar - apesar da má administração. A Carris é a única empresa que garante à risca o cumprimento da licitação, com a renovação das frotas, foi a primeira empresa a fazer a adaptação dos ônibus para os deficientes. A empresa que é sustentada pelos trabalhadores e trabalhadoras que garantem o pleno trabalho, apesar da administração.

A denúncia aqui apresentada pelo Ver. Jonas é uma denúncia séria, parece que aqui é tudo agitação, mas não é. Nós estamos falando de um ex-diretor financeiro da Carris, não é qualquer pessoa. Quando nós falamos da condição... Qual é o debate aqui? É que a Carris tem um problema financeiro, que a Carris traz déficit. Nós, da oposição, apresentamos que isso é um problema da administração da empresa, e aí nós temos aqui um debate inclusive sobre a forma como foram utilizados os recursos, onde tem desde notas fiscais de lavanderia, alugueis de carros, temos um aumento expressivo do número de CCs na empresa, até uma grande denúncia que ultrapassa o valor de R\$ 1,7 milhão... Estão me dizendo aqui que é coordenador de pátio. Isso para falar do cabide de emprego que virou a Carris. Para chegar no ponto ápice, que é nós termos um diretor financeiro condenado a restituir para empresa mais de R\$ 1,7 milhão, que não era o coordenador de pátio, não era. O seu Ivsem, que inclusive era do Diretório do MDB na cidade, ele era diretor financeiro da empresa.

Portanto, o governo vir aqui, querer privatizar a Carris e não ter a coragem de travar o debate, fazer uma discussão sobre administração da empresa é uma pouca vergonha, é uma falta de verdade na discussão, uma falta de verdade no debate. Infelizmente aqui, pelo visto, seguiremos falando, enquanto os vereadores do governo mexem nos seus celulares. Infelizmente, para eles, privatizar a Carris não toca em nada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/21, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Muitas vezes, nós ficamos pensando: o silêncio é ensurdecidor – o silêncio! Acontece que aqui não tem o silêncio das pessoas que lutam por Porto Alegre; tem o contrário: as pessoas que lutam por Porto Alegre ou vem aqui para tribuna defender emendas, ou estão lá sentados, e não fazem silêncio – não fazem silêncio! Porque não foi no silêncio que esta cidade se constituiu e essa

empresa se construiu com qualidade para esta capital. Não foi com silêncio que os motores de ônibus circularam e fizeram barulho durante décadas nesta cidade, gerando emprego, transportando trabalhadoras e trabalhadores em todas as regiões, principalmente nas linhas transversais. Há aqui, sim, o interesse de entregar linhas lucrativas ao alto empresariado. E eu sei que tem negociações! Eu sei que tem negociações de empresas que querem o filé – o filé! Eles não querem osso. Não! O passivo, eles vão deixar para o Município, eles vão dar um jeitinho. Só que a conta não é de um só! A conta não é do Melo! Não é do Ricardo! A conta é de quem vai votar ali, vai botar o seu nomezinho ali. Essa que é a conta, porque o projeto está sendo votado aqui, não está sendo votado no Paço. O projeto não está sendo votado pelo Maurício, pelo Záchia – ah, o Záchia, conseguiram um cargo para o Záchia, nem sei como. Não! Está sendo votado por esses vereadores e vereadoras! E eu quero pedir a vocês, colegas: se sensibilizem com quem trabalha, autorizem o Executivo neste projeto! Não adianta vir dizer depois, aqui há de pelo menos manter o respeito a quem trabalha. Respeito para quem fez concurso! Respeito por quem levanta cedo – esses têm honra. Esses têm honra porque estão às 4h da manhã numa garagem para que às 6h da manhã as empregadas domésticas, por exemplo, estejam lá limpando a casa de vocês que ganham R\$ 14,5 mil, são eles que transportam. Eles que transportam as cozinheiras e os garçons, que, ao meio-dia, vão servir espeto corrido para vocês lá na Churrascaria Freio de Ouro, lá no Menino Deus. São eles que transportam! Por isso, respeitem! Respeitem quem transporta os mecânicos desta cidade para ajeitar os veículos do povo sofrido que está tendo que usar carro porque os ônibus viraram uma porcaria! Sabia, Oliboni, que o povo está tendo que dar carona para o colega que mora no bairro porque não tem mais ônibus, Ver. Pedro Ruas? Não tem mais ônibus na Restinga Velha, não tem no Lami, Ver. Gilson, eles tiraram a linha no ano passado, no governo Marchezan, governo do PSDB! E este governo que aqui está não tirou. As pessoas estão tendo que se virar nos 30 para se transportar na capital. E ele dizem assim: “A Carris é o problema, tem que vender que vai melhorar”. O problema é a ATP! O problema é quem ganha dinheiro com transporte que eles mesmo estão falindo. E tem gente aqui que sabe que isso é verdade, e não vem para cá dizer. Não vem para cá porque está enfiado até o pescoço com este governo, está mergulhado no melismo. Lá, em Brasília, tem o bolsonarismo. Vocês viram, não é? Explodiu ontem, não se junto meia dúzia de gato pingado na Av. Goethe, nunca tinha visto tão pouca gente na Av. Goethe nos últimos anos. E aqui o melismo, que também, depois, eles vão abandonar o barco do Melo, eles vão sugar, sugar, sugar e sugar, porque essa é a direita. E depois, eles vão abandonar, e vão ver qual outro barquinho que dá para entrar: “Onde vou conseguir mais cargos comissionados? Onde vou arrumar o meu?” Porque é assim. A política velha, do jeitinho “Onde vou arrumar o meu?” Qual é o quinhão que vão ganhar aqui na Carris? Eu pergunto. Mas peço que vocês tenham sensibilidade e votem favorável a esta emenda para que a gente não tenha o pior para categoria rodoviária. Não votem no pior! Reduzam danos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, então, nós apresentamos esta emenda para ver também – grande advogado, Ver. Pedro Ruas – se o prefeito Melo tem palavra, porque ele disse que, se nós quiséssemos administrar a Carris, nós poderíamos administrá-la porque ele nos cederia a administração da Carris, desde que não tivesse déficit. E nós respondemos: “Queremos administrar a Carris!” E se nós administrarmos a Carris, não vamos ter corrupção, como a corrupção do MDB quando administrou a Carris, portanto, a Carris seria, sim, saneada – saneada! Mas os trabalhadores da Carris fizeram algo melhor, eles aceitaram o desafio de administrar a Carris, de administrar a empresa. Se os trabalhadores da Carris, em cooperativa, administrarem a empresa, não terão os parasitas, cargos de confiança que não trabalham e recebem os recursos da empresa! Aí vai ter julgamento! A imprensa devia noticiar. O Cassiá devia votar nesta emenda. O Cassiá, vereador do PP, o Cassiá não está mais com o Bolsonaro, essa é uma alegria que eu tenho, acho que ele não está mais. O PP está, mas o Cassiá não está, quem sabe até o PP uma hora desembarca. Por que eu cito o Ver. Cassiá, que tratou bem o pessoal aí, deu cafezinho, deu água? Tratou bem, não é ironia no caso do Cassiá. Mas o Cassiá, muitas vezes, diz que quer transparência, que quer lisura. Pois então, Ver. Cassiá, por que não votar neste projeto para que a Carris seja uma empresa controlada por uma cooperativa? Uma cooperativa! Mas permita que se forme, por que liquidar uma empresa centenária? Vejam o que pode ocorrer! Nós aceitamos o desafio porque os vereadores que querem liquidar a Carris não reclamam nunca, com exceção do Janta. O Janta está no telefone, agora, ele me ouviu, parou de falar e vai me ouvir. Com exceção do Janta, que denuncia as empresas privadas, mas o Janta é o único que reclama, que não pode ter subsídio para as empresas privadas. Os vereadores aqui falam da Carris, que não pode ter subsídio para Carris, mas não falam nada das empresas privadas, pois nós desafiamos: nós aceitamos que a Carris tenha o mesmo subsídio, ou até menor do que as empresas privadas! Mas o governo não quer, o governo quer o tal de cheque em branco. Não sei quais são os negócios que eles querem fazer com esse cheque em branco, mas bom negócio para a cidade de Porto Alegre eu tenho certeza que não é, tenho certeza que não é!

Eu vou ler... E o Ver. Moisés que está ainda presente aqui o tempo inteiro, tem muito vereador que só está ali no *chat*, votando pelo *chat*. O Ver. Mauro Pinheiro está aí presente o tempo inteiro, não consigo votar uma junto com o Ver. Mauro Pinheiro, o que é uma tragédia, paciência, mas está aí debatendo. A Emenda nº 06 diz (Lê.): “Fica o Poder Executivo do Município de Porto Alegre autorizado a transferir totalmente as trabalhadoras e trabalhadores concursados da Companhia Carris Porto Alegrense (CARRIS), a sociedade, os seus ativos, inclusive o controle acionário da Companhia Carris Porto Alegrense (CARRIS)”.

É entregar a Carris para que seja controlada pelos próprios trabalhadores. Essa é uma medida democrática radical? É, porque é entregar para os próprios

trabalhadores. Mas, nesse caso, não vai ter o subsídio do governo, não vai ter! Portanto, esse discurso de que o governo tem que entregar R\$ 6 milhões o tempo inteiro, nós não estamos defendendo isso, mas o governo não quer uma medida democrática realmente para sanear a Carris, o governo quer fazer negócios com a Carris, e é isso que nós não podemos aceitar. A emenda busca, na verdade, desmascarar o governo, porque o governo disse que entregaria a Carris para quem quisesse administrá-la sem recursos públicos, e nós dissemos: “Nós topamos, os trabalhadores da Carris aceitam”. Mesmo assim, o governo parece que não cumpre aquilo que disse que faria caso tivessem partidos, ou entidades, ou trabalhadores com a coragem de administrar a empresa. Nós podemos administrá-la, administramos melhor que o MDB, que fez o que fez no passado, e agora, ao invés de administrar, quer entregar para iniciativa privada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O senhor tem uma questão de ordem, Ver. Cassiá Carpes?

Vereador Cassiá Carpes (PP): Sim, uma questão de ordem. Como o Ver. Robaina falou em relação a minha pessoa, eu gostaria de dizer a ele que não tem problema de ter a cooperativa, desde de que tenha licitação, e que ele não seja o presidente, porque ele fala demais, e aí ele vai confundir os empregados e não vai dar emprego. Esse é o grande problema.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 013/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA por 11 voto SIM e 23 votos NÃO.**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 06 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ver.^a Comandante Nádia, que preside os trabalhos; vereadoras e vereadores; público que nos assiste; rodoviárias e rodoviários aqui presentes. Eu sigo de onde parou o Ver. Roberto Robaina, que colocou bem o tema. O prefeito, há algumas semanas, ou meses, mas agora há três meses, talvez, dois e meio, lançou um desafio. Qual era o desafio? Se os trabalhadores, as trabalhadoras quiserem administrar a Carris, eles podem fazê-lo. Pois a Emenda nº 07, Ver. Alex Fraga, ela disse exatamente isso, só que ela coloca a necessidade da

cooperativa, sim, que os trabalhadores queiram se organizar em cooperativa, sim, para gerir a Carris. Fala também, e é muito importante, que o Executivo municipal assumirá a corresponsabilidade pelo gerenciamento de custeio das operações da empresa, e a cooperativa fica autorizada a utilizar os imóveis, equipamentos e veículos da empresa Carris pelo período de dez anos. Então, isso aqui é exatamente uma resposta ao que disse o prefeito, exatamente. O Ver. Robaina estava correto ao dizer, porque aqui nesta Emenda nº 07, nós estamos fazendo uma proposta séria, Ver. Matheus Gomes, séria. Eu dei um exemplo há pouco para o Ver. Mauro Pinheiro: há cerca de dez anos, a minha companheira, Ester, comprou uma empresa de fibra. Durante uns três anos, ela teve problema com a empresa, tinha 12 trabalhadores, e me consultou, pois ela não queria mais a empresa, não sabia como vender e tinha um passivo de R\$ 300mil. Relatei, agora há pouco, ao Ver. Mauro Pinheiro isso. Eu sugeri a ela que passasse para os trabalhadores, eles queriam, eles assumiriam o passivo e ficariam com empresa. A empresa até hoje está dando lucro lá, os trabalhadores gerindo, eram 12, hoje são 15, em Cachoeirinha. Então isso aqui é uma proposta séria, e o prefeito disse, Ver. Oliboni, líder do PT, se os trabalhadores quiserem, que assumam. Bem, eles querem. Estão aqui, garanto que querem, garanto que querem, tenho certeza absoluta de que querem e, se querem, merecem. Porto Alegre precisa disso, Porto Alegre precisa da Carris. E o argumento do prefeito é de que, ele diz que não tem nada contra a Carris, mas que não quer a dívida mensal. Está bem, não tem a dívida mensal, passe o controle para uma cooperativa de trabalhadores, trabalhadoras e trabalhadores organizados. Tenho certeza absoluta que: 1) não vai ter cargo de confiança; 2) não vai ter corrupção. Então, esta emenda é uma resposta séria, não é uma brincadeira, não é fazer uma emenda, não. O prefeito coloca, e aí a cooperativa vai gerir, terminou o custo. E essa questão central, Ver. Oliboni, a sede da empresa Carris, ali na Rua Albion, ela vale R\$ 57 milhões, Ver. Matheus Gomes; só a sede. Não é isso, Ver. Robaina? Só a sede vale R\$ 57 milhões. O que estão pensando em relação a isso? Do meu ponto de vista - e aqui é uma opinião, eu não estou fazendo uma afirmação de fatos, com provas, com testemunhas; não, é uma opinião -, para mim, essa venda da Carris tem algum endereço certo e é um péssimo negócio para Porto Alegre. Vou concluir, só a sede, só o imóvel vale R\$ 57 milhões, imaginem o valor das linhas e da operação. Por isso, se o prefeito quer ser coerente, que aceite o seu próprio desafio, passe a gerência para uma cooperativa de trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Tem muita gente que não pode, Ver. Oliboni, votar nesta emenda! Não pode porque, dos trabalhadores, eles só querem o voto! Inclusive muita gente, Ver. Robaina, vem para esta Casa por uma eleição, duas,

três e aqui fica e só vota pacote antipovo, e lá na vila, lá no bairro, rodoviários, eles se ajeitam, eles tiram o paletó, botam uma camiseta, santinho, "estou com vocês, vou trazer melhoria para o bairro", e aí vem aqui e vende o que é do povo, entrega. Eles não podem entregar para vocês a Carris, eles não podem deixar vocês trabalharem na Carris, porque, na verdade, lá na Carris eles querem alguém. Quem será que eles querem? Com quem eles estão amarrados? Digo amarrados, porque eles vieram para esta Casa mentindo. Quem não vota com o povo, não quer entregar para o povo a gestão dessa empresa pública, não é povo! Pode ser qualquer coisa, menos a favor da trabalhadora, do trabalhador. Sabem por que eles não podem votar nesta emenda? Porque o patrão não deixa, o dono não deixa. Quem manda e desmanda na cidade. O Melo não deixa porque o Melo tem um pacote pronto de destruição. Perguntem aos quatro cantos da cidade, perguntem no Centro, na Zona Sul, Zona Leste, Zona Norte qual é o projeto do Melo? Não tem, não há projeto. O prefeito que se elegeu numa eleição muito disputada com apenas 60 mil votos de diferença, se tivessem dois dias a mais, não teria sido eleito, botou caminhão para circular na campanha, circulou caminhão falando um monte de bobagens, de mentiras na cidade, e nem uma vez eles falaram que iam vender a Carris. Não, ele não disse na campanha, não disse em debate, não entregou panfleto, não teve coragem de dizer qual era o seu programa real: desemprego. Esse é o programa do Melo, desempregar na Procempa, na Carris, em todos os lugares. Sabem quantos professores faltam na capital agora, mês de agosto, ano letivo há muito tempo rolando? Mais de trezentos professores faltam nas escolas. Ver. Matheus, tu, que és professor, sabe disso. E não tem como recuperar porque o prefeito não quer gerar emprego, ele quer gerar o desemprego, é no caos que a direita vive mergulhada, é no caos que a direita permanece. Por que vocês acham que o Bolsonaro está até hoje na Presidência da República? O desemprego, o caos, a fome e a venda de Ilusões permanentes. Qual é a grande ilusão do momento? Que o STF é o problema. Qual é a grande ilusão de Porto Alegre? Que a Carris é o problema do transporte. É a mesma coisa, só muda a *fake news*, o ambiente, mas cria-se um bode, bota-se ele na sala, aí, tem que tirar. Meu Deus! Aí vai para rádio, tem tempo de televisão, porque o governo patrocina essas televisões; o governo anterior entregou R\$ 39 milhões para as empresas de comunicação, como é que eles não iam rezar a cartilha do Marchezan? Agora rezam a cartilha do Melo. Deem uma hora para um trabalhador da Carris debater com o Záchia ou com o Maurício que vocês vão ver a verdade sobre a Carris, a verdade sobre o transporte. Entreguem a gestão a quem trabalha, a quem conhece, quem tem experiência, quem sabe gerenciar, e não para pessoas que caem de paraquedas, vereadores, 40 cargos comissionados na Carris! É claro que não vai dar certo, não tem como dar certo. Aí, dizem: "Ah! Nós temos que enxugar." Vão demitir os cobradores. "Ah! Nós vamos melhorar o transporte". Não vão melhorar, ano que vem, vocês estarão aqui de novo, e essa conta vai ser cara. Por isso eu peço a sensibilidade, votem nesta emenda, aprovelem que os trabalhadores vão organizar a construção do futuro dessa empresa, tenham coragem de apostar nos trabalhadores uma vez na vida. Tanta gente votou em vocês, tenham consciência, votem com eles, votem nesta emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Esta emenda concretiza a proposta de que a gestão da Carris seja dos próprios trabalhadores, esse é o sentido desta emenda. Esta emenda permite que nós tenhamos, portanto, uma administração transparente na Carris e que concretize o que o prefeito disse que aceitaria realizar, caso tivesse um grupo social disposto a administrar a Carris, e os trabalhadores da Carris têm essa disposição. Com a emenda, o Executivo municipal assumiria a corresponsabilidade pelo gerenciamento e o custeio das operações oferecidas pela empresa pelo período de transição de um ano. A cooperativa de trabalho fica autorizada a utilizar os imóveis, os equipamentos e veículos da empresa Carris por um período de até 10 anos, e a cooperativa preservará o nome fantasia Companhia Carris e se responsabilizará em manter o espaço aberto à visitação pública na forma de um memorial ou de um museu. Essa ideia de cooperativa responde a uma necessidade econômica. Nós sabemos, nós acreditamos que empresas privadas dominando serviços essenciais é um grave problema porque a lógica das empresas privadas, e a gente vê isso no transporte, é a garantia do lucro, não é a garantia de um serviço decente, é a garantia do lucro, os empresários das empresas privadas têm esse objetivo, não é atender a população, é lucrar. Nós sabemos também que empresas estatais, e aí é a base real, digamos, o liberalismo tem um argumento falso, uma ideia falsa, mas toda a ideia falsa tem algum elemento real, ela não se sustenta em nada, ela desaba na possibilidade de ter uma força argumentativa, o que existe de real na ideia liberal é que as estatais de fato nem sempre são eficientes, nem sempre são transparentes e, no caso do Brasil, como regra, não são transparentes e não são eficientes porque as estatais são gerenciadas justamente por partidos políticos que respondem à lógica da exploração da própria classe trabalhadora e que atuam no setor público para fazer o setor público ser, na verdade, um reproduzidor dos interesses das grandes empresas privadas. Então, o Estado, em vez de se preocupar com o serviço público, muitas vezes se preocupa em ser um gerente dos negócios de todos os grandes empresários, às vezes inclusive muito mais dos grandes empresários do que dos próprios interesses do Estado. Nós vemos isso todos os dias, e nós presenciamos isso na Carris, por isso que os próprios funcionários da Carris, não poucas vezes, denunciaram as gestões da Carris porque as gestões da Carris foram ineficazes, foram corruptas, isso é um fato, e é uma empresa estatal. Então a empresa estatal também tem essa ineficácia, que é a ineficácia dada por quem é responsável pela gestão dessa empresa, e nesse Estado que nós temos, nessa política dominada por partidos políticos, em geral ligados a interesses escusos, a gestão de estatais tem muito problemas, mas a nossa proposta é uma proposta que garante a gestão cooperativa. Então não é privado e tampouco é estatal. Esta é a proposta que nós estamos fazendo e ela garante que a Carris possa ser, de verdade, uma empresa controlada pelos próprios trabalhadores. É uma proposta que permite de fato que Porto Alegre avance no sistema de transporte. Nós não estamos esperançosos em aprová-la, logicamente, porque nós sabemos que o governo está

pensando em negócios, não no interesse público, muito menos no interesse dos trabalhadores, esse governo está pensando em negócios e quer um cheque em branco da Câmara para fazer esse negócio. Da nossa parte, não terá esse cheque branco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste. Eu quero dizer aqui que o Ver. Pedro Ruas foi muito feliz com esta emenda, e o Robaina disse que assinou junto, estava dizendo que é a melhor emenda. O diabo não é o diabo porque ele é malvado, ele é diabo porque é velho e experiente. Depois eu descobri que não foi o Pedro Ruas que fez a emenda, foi o Professor Alex. É uma emenda muito inteligente, como foi a emenda que a Ver.^a Cláudia apresentou, na questão dos cobradores, que mantém os cobradores nos ônibus articulados; a emenda do Ver. José Freitas, que apresentou liberando a questão da bilhetagem em outros postos; como a emenda que foi apresentada que permite o segundo tripulante nos ônibus. Eu acredito que esta emenda, que encaminho em nome meu partido, é uma emenda inteligente, que vai jogar aos funcionários da Carris a possibilidade de administrar essa empresa, vai permitir que esses trabalhadores administrem o seu patrimônio, o seu capital - algo que vem ocorrendo em muitas empresas. Quando chega a ser decretada a falência de uma empresa, a justiça tem determinado que os trabalhadores dessas empresas as administrem. E tem *cases* de sucesso dessas empresas, em vários setores e segmentos, no comércio, na indústria, que têm dado certo quando os trabalhadores colocam ali seu coração, colocam ali o tempo que trabalham nessa empresa, a dedicação que têm a essa empresa e, principalmente, o seu conhecimento sobre como funciona essa empresa. Então eu quero encaminhar aqui, em nome do meu partido, a favor desta emenda, que permite que os trabalhadores também disputem a questão do mercado, disputem, como vão disputar as demais empresas, a aquisição da Companhia Carris de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 07 ao PLE nº 013/21.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadora-Presidente Comandante Nádia, em exercício; vereadoras e vereadores; rodoviários e rodoviárias que estão presentes e assistindo esse momento negativamente histórico, porque é um momento trágico da nossa cidade, a nossa solidariedade a vocês e agradecendo a solidariedade de vocês com o nosso trabalho aqui. O que nós gostaríamos, e eu concordo, com esse carimbo, porque evidentemente o Executivo se quer o que propôs ele aceita, porque ele propôs para que os trabalhadores assumissem, e os trabalhadores querem assumir. Ele disse, se não me engano, para o presidente Abadde. Os trabalhadores querem assumir, está aqui a emenda, consultados os trabalhadores antes, e, agora, a Emenda nº 08 prorroga a vigência dessa lei para começar daqui a cinco anos. Quando tudo estiver elaborado, quando a auditoria estiver realizada, quando tudo souberem efetivamente da Carris, quando todas as tentativas de saneamento da empresa, segundo os critérios do próprio Executivo Municipal, forem feitas, aí teremos, daqui a cinco anos então, a vigência dessa lei. Essa é a emenda do Ver. Oliboni, a Emenda nº 08, porque ela está o tempo necessário para fazer tudo e mais, segundo o próprio Executivo municipal, precisaria de um tempo grande e ações concretas para ser saneada a empresa. Bem, vamos fazer isso. Joga a vigência para daqui a cinco anos e nós votaríamos. E emenda sendo aprovada, esta emenda sendo aprovada é importante para nós termos sempre clareza – queridos rodoviários, lutadores, lutadoras – a clareza e a franqueza nos fazem atuar corretamente. Se o governo votasse nessa emenda, nós poderíamos votar o projeto, nós poderíamos votar o projeto, da oposição. Poderíamos votar o projeto do governo com a aprovação desta emenda, porque ela é coerente com tudo que se debateu aqui. Há problemas na empresa? Vamos resolver, vamos resolver. Tem cinco anos para resolver, tem cinco anos, matamos no peito, exatamente. E assumimos, inclusive, votar favorável ao projeto do governo. O governo – e esse é o desafio – vota a favor desta emenda e nós votamos a favor do projeto do governo. Não tenho dúvida, porque isso aqui coloca toda a situação que o prefeito tem externado de dificuldades, de dívidas, de déficits. Tudo isso tem tempo para resolver, tudo. E nós votamos a favor do projeto. É um desafio importante, porque a oposição votará a favor de um projeto desses, Ver. Matheus Gomes, bem, mas aí tem uma emenda que pode dar essa possibilidade. Ela coloca exatamente para a vigência de cinco anos daquilo que é o tempo necessário para toda e qualquer notificação que o Executivo ache necessário. E nós estamos prontos a colaborar, mas a vigência daqui a cinco anos. Desse período, Rosângela, é o que precisamos. É o que o Executivo fala: "Ah, são muitos anos." Quantos anos? Cinco anos, mais do que o suficiente. E aí, amigas, amigos, companheiros de lutas, teria exatamente uma unanimidade, um consenso. Isso seria extraordinário, não teriam as ações judiciais posteriores que nós vamos ter, não tenho dúvida disso. Nós teremos ações judiciais em profusão, porque há uma série de problemas e irregularidades que

nós vamos ter que levar ao Judiciário para exame. Mas teríamos, líder do PSOL, Roberto Robaina, a possibilidade de unanimidade. Então, faço um apelo, faço um apelo: esta emenda, se for aprovada, dá unanimidade no projeto. É importante que o governo pense sobre isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver. ^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa noite, mais uma vez aqui ocupando a tribuna para encaminhar, em nome da bancada do PCdoB, a oitava emenda. Acho que nós aqui falamos sobre várias possibilidades de dar oportunidade para o Executivo, para o prefeito Melo, de fazer com que esse projeto – que eu tenho certeza de que o impacto na cidade vai ser negativo – seja menos danoso, o seu impacto na cidade. E essa oitava emenda trata do tempo de execução e implementação do projeto que privatiza a Carris. Por que é importante essa emenda? Porque nós temos ciência do desastre que vai ser a privatização da Carris. Nós temos ciência de que a solução não é a privatização da Carris, nós temos ciência de que a privatização da Carris vai ser mais um dos grandes problemas que esta Casa vai ter responsabilidade de enfrentar nos próximos anos. E essa emenda garante que o tempo seja de acordo com o tamanho do impacto do projeto na cidade, porque, em cinco anos, o prefeito já vai ter bastante embasamento para ter ciência de que o que está fazendo – e nós enfrentaremos uma eleição – uma baita sacanagem com o povo. E aí eu quero aqui externar que é a oitava emenda que nós viemos defender. E mais uma vez eu falo que é importante a presença dos trabalhadores aqui para verem, com seus próprios olhos, a negligência que tanto nós gritamos, no dia a dia, em relação ao trabalho, à geração de renda e à redução dos danos da pandemia e do empobrecimento da nossa cidade. Porque o discurso é muito bonito, mas a vida é real e a vida prática mostra que uma parcela dos vereadores e das vereadoras desta Casa está preocupada com as grandes isenções, com os projetos que beneficiam as grandes empreiteiras e os grandes empresários, mas o povo mesmo, esse povo trabalhador que pega o ônibus às 7 horas da manhã e que volta para casa às 19h, às 20h, às 22 horas da noite, esse povo que se lasque. Isso é o que hoje vocês estão podendo ver aqui. Nesses últimos seis meses, se vocês forem parar para pensar e avaliar os projetos que vieram à votação, todos no mesmo estilo – efeito patrola – são todos dessa mesma linha. É um alinhamento político, ideológico, que não acredita no Estado, que não acredita nas empresas públicas, que não acredita nos serviços públicos e que tem como adversário o povo da cidade, mas precisa do serviço público para garantir os privilégios. É exatamente isso, o que é uma contradição, é uma grande contradição. Mas é bom que vocês tenham essa vivência e que nós possamos – Ver. Ruas, nosso líder da oposição – garantir a abertura dessas galerias, porque eu quero ver fazer o que fazem aqui com galeria lotada, com o povo ocupando, porque é muito fácil votar de galeria

fechada, é muito fácil dizer que tem que acabar com a Carris, que tem que acabar com os cobradores sem a efetiva participação do povo. Nós encaminharemos favorável a essa emenda, porque eu acredito, de fato, que se a Carris permanecesse pública e tivessem, Ver. Ruas, aqueles seis meses, aquele um ano de dedicação do trabalhador, garantindo uma gestão eficiente e equilibrada, sem corrupção, com redução dos CCs, nós teríamos uma Carris superavitária de novo e nós teríamos um transporte público de qualidade, entregue para a população, mas infelizmente uma parcela dos vereadores, eu reafirmo, não anda de ônibus, não sabe o que é pegar “busão” lotado, não sabe o que é vir da Restinga, não sabe o que é vir do Rubem Berta, chega aqui no seus bons carros, e aí, infelizmente, está comprometida com a burguesia da cidade. É a prova, ano que vem tem eleição. São bolsonaristas também, não acreditam no Estado e não acreditam na gente, enquanto potencial humano.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Solicito que a galeria respeite, temos um vereador na tribuna. Solicito que a galeria aguarde. Uma questão de ordem, Ver. Robaina?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): O Ver. Cecchim havia pedido que os vereadores não provocassem os rodoviários. E é isso que está ocorrendo, Presidente, e é isso que não pode ocorrer. Os rodoviários estão pacientemente aqui, tem que ser respeitada a família rodoviária.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado. O Ver. Jessé está ali, pelo que me parece, em pé simplesmente... Solicito que a galeria se acalme, estamos encerrando o dia de hoje, por favor.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Só para esclarecer que eu me referia ao Ver. Jessé e não a outros, não era ao Ver. Moisés nem ao Ver. Mauro, era ao Ver. Jessé que estava provocando os rodoviários.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigado, Vereador. Vou manter a palavra do Ver. Cecchim que está inscrito. Por favor, senhores da galeria, respeito com os vereadores. Vereadores, por favor, avisem a galeria. Solicito que a galeria se acalme, estamos até agora aqui, já são quase 21h. Por favor, mantenham o respeito como vocês estavam fazendo até agora. São muito bem-vindos. Por favor, podemos continuar?

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 013/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente Comandante Nádia, senhoras e senhores vereadores, eu até não viria aqui para tribuna para discutir, mas eu comecei a fazer as contas da proposta do Ver. Pedro Ruas, não sei se é do Ver. Pedro Ruas, esta dos cinco anos. Daqui a cinco anos, nós teríamos mais R\$ 365 milhões de prejuízos na Carris. Essa é a conta, R\$ 365 milhões de prejuízo. Talvez essa proposta de cinco anos, proposta pelo governo, foi proposta...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, me garanta o tempo aí porque está difícil de falar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Seu tempo está garantido, Ver. Idenir Cecchim. Vou pedir para galeria se acalmar, porque nós estamos aqui num debate, numa discussão, e isso faz parte. Depois que o vereador se pronunciar, todos os senhores podem vaiar, aplaudir, se manifestar, como tem acontecido até agora.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Secretário Záchia, eu vi V. Exa. por aí, o Cassio Trogildo, o pessoal do governo ouviu a proposta do Ver. Pedro Ruas. O Ver. Pedro Ruas é um vereador sério e fez uma proposta. Ele propõe o seguinte: aquele acordo dos ovos com bacon. Vocês sabem como é o acordo dos ovos com bacon? Sabe? Ovos com bacon. O governo entra com o bacon e a proposta entra com os ovos. A galinha põe os ovos e sai cantando, e para fazer o bacon, tem que matar o porco. É essa a proposta. É essa a proposta que estão fazendo. Ovos com bacon, só que tem que matar o porco para entrar com a sua parte. Eu acho que então é melhor não fazermos esse acordo em respeito. A proposta é inteligente, eu acho que, se for privatizada ou não, vão sair todos os CCs de lá, todos, não haverá mais CCs na Carris. E eu tenho certeza de que muitos de vocês permanecerão na Carris ou naquilo que ficar da Carris. Então, fazendo as contas de quanto nós teríamos que investir em cinco anos e fazer as contas de quanto teríamos que fazer no acordo proposto pelos cinco anos, eu acho que é melhor, Vereador Ramiro Rosário, deixarmos assim e vamos votar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Eu vou perguntar pela Rafaela. Jessé, tu és servidor público, recebendo duplo salário, aqui e lá no TRT, deveria ter

respeito com os teus colegas, servidores públicos aqui. Tu não és melhor do que ninguém, Jessé, para ser arrogante e ficar provocando esses trabalhadores e trabalhadoras que, daqui a poucos minutos, podem estar desempregados. É respeito, é empatia, independente da linha ideológica que tu defendas, não podes debochar de pessoas que estarão desempregadas. É inadmissível! Para ganhar *likes*, para achar bonito no Facebook, para postar com a tua GoPro. É um absurdo! Tenha vergonha de fazer o que faz aqui dentro, pedir para manifestações defender um genocida, corrupto e pedir golpe de Estado. Não respeita esta Casa, não respeita a democracia, e vem pagar de "empoderado técnico"! É uma vergonha! Tenha vergonha! E eu quero falar para vocês, companheiros rodoviários, trabalhadores e trabalhadoras da Carris, eu não sei se vocês sabem, mas a minha mãe foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e era dirigente sindical do Sindicato dos Bancários. Eu devo muita honra à minha mãe e quando eu vejo cada um de vocês, neste momento, o desespero que está acontecendo, o que nós vimos lá na rua, as pessoas saindo, chorando com os filhos, voltando para sua casa, eu me coloco naquele lugar, como criança, naquele período. Essa é a verdade. Enquanto muitos de vocês aqui estão preocupados com seus cargos de confiança, com seus recursos, suas emendas impositivas, tem pessoas voltando para casa agora, passando horas dentro de um ônibus, sabendo que amanhã ou depois de amanhã não terão mais emprego. Essa é a verdade! Não se trata de falar de uma empresa, não se trata de falar de economia. Quantos milhões custa essa empresa? Se trata de vidas, de criança, de vidas de várias famílias que, durante décadas, deram seu sangue para essa Companhia e hoje sofrem deboche aqui nesta Casa! É disso que a gente está falando! Eu me coloco no lugar de cada um de vocês, como servidor público e como filho de uma líder sindical e servidora pública! Não podemos mais admitir isso! Até quando, até quando os trabalhadores e trabalhadoras não vão saber quem são seus verdadeiros inimigos? Até quando teremos que ver mães saindo daqui com seus filhos no colo, passando horas dentro de um ônibus, sabendo que vão perder seu emprego, sua fonte de renda? Não sabem que farão amanhã, como comprarão comida. É triste demais isso! É de arrepiar o coração o que a gente está vendo, dia após dia, nesta Casa. É a Procempa, são os cobradores, depois vem o DMAE, os servidores públicos municipais e todo mundo rindo! É muito divertido pensando quando vão lucrar a próxima eleição, mas as pessoas que estão sendo atingidas, que são milhares, não terão mais chance de ter um emprego, não terão mais chance de estar lutando porque estarão à margem! Vamos aumentar o desemprego, neste país, com o aval desta Casa! Chega de deboche! Chega de tudo que tem acontecido! Sebastião Melo, eu me envergonho mais uma vez de estar aqui nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 013/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Quanto desrespeito aos trabalhadores rodoviários a gente acaba de ver neste plenário. Profundo desrespeito não apenas com a opinião desses trabalhadores que estão aqui contra o projeto que o governo apresenta, mas com o sentimento que eles carregam e trazem até esta galeria, que tem a ver com a sua vida, com a sua necessidade de sobrevivência. Quantos salários desses rodoviários pagam, mensalmente, o nosso salário aqui como vereadores? Quantos salários? Ainda mais, Ver. Leonel Radde, como bem falou aqui, quem tem um vultoso salário e tem a cara de pau de desrespeitar os trabalhadores aqui, debochar, dar risada, e não tem a mesma coragem de subir a esta tribuna e dizer o que realmente pensa para o transporte público de Porto Alegre. Não tem. É uma vergonha isso! Um profundo desrespeito! Eu espero que a imprensa, que está aqui neste plenário, que os jornais, que estão retratando esta sessão, também falem sobre isso que está acontecendo, a incapacidade desta Câmara de Vereadores, na noite de hoje, de conseguir dialogar com os trabalhadores, da ampla maioria desses vereadores que não tem coragem de olhar no olho dos trabalhadores e dizer o que realmente pensam. É uma sessão que beira às 22h, a maioria aqui das discussões com a oposição discutindo entre si, e não faltam argumentos, Ver. Pedro Ruas. Esta emenda é mais um exemplo disso, nós estamos falando de 5 anos para discutir um tema que é extremamente complexo.

No dia de hoje, nós temos uma decisão judicial, Ver^a Karen, que obriga a Prefeitura a assumir o controle, em 30 dias, do sistema de bilhetagem eletrônica, 30 dias para fazer algo que não foi feito desde a última licitação na cidade de Porto Alegre. Isso faz com que essa votação de privatização da Carris, que vai ocorrer daqui a pouco, ocorra no escuro, sem a Prefeitura ter uma visão nítida, real de qual é o problema do transporte público de Porto Alegre nesse momento. Essa é a verdade! A Prefeitura deixou, ao longo das últimas gestões, e a importante lembrar, o Melo foi parte desse último processo de licitatório, o Marchezan e, agora, novamente, o Melo, junto com o Ricardo Gomes, os empresários controlarem o transporte de maneira ilegal, tudo junto. Repito o que disse anteriormente, o Melo foi até à Federasul almoçar com o empresariado gaúcho e depois disse que estava decidido, que ia privatizar a Carris. Durante a eleição, era tudo hipótese, não teve coragem de dizer para a população de Porto Alegre o que realmente ia fazer. Não teve coragem, essa é a verdade que tem que ser dita. Se tivesse a coragem, durante a eleição, de dizer que, de fato, iria privatizar a Carris, que não ia ter projeto para o transporte público que fosse destruição de direitos, que é o que o Melo está fazendo neste momento, talvez o resultado teria sido diferente, porque a população de Porto Alegre sabe que o transporte público é um dos principais problemas da nossa cidade. Ele está precário, está difícil andar de ônibus, e não é de hoje, faz muito tempo. Mas a Prefeitura se nega a ver essa realidade e prefere fazer aquilo que os empresários ditam, desrespeita, inclusive, esta Casa. Não sei se as trabalhadoras e trabalhadores da Carris sabem, faz algumas semanas, nós votamos a criação de uma comissão especial para discutir o transporte aqui, se negou essa possibilidade, como foi negado também para vocês de apresentar um projeto alternativo. É um absurdo, é um crime com a cidade de Porto Alegre acabar com uma empresa de 149 anos, que presta até hoje, graças ao esforço desses trabalhadores que

estão aqui, o melhor serviço de transporte cidade de Porto Alegre. Tem que ver o que vai acontecer com a s linhas. Tem que ver o que vai acontecer com o patrimônio desta empresa, sem dizer qual é o futuro desses trabalhadores. É um tiro no escuro a serviço do empresariado. É isso que a Prefeitura está fazendo neste momento. Uma vergonha para cidade de Porto Alegre! Com as galerias vazias, sem coragem de discutir, de olhar no olho, de dizer a verdade! É isso que está acontecendo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 08, destacada, ao PLE n° 013/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu fui agora acusado pelo Ver. Mateus Gomes e pelo Ver. Leonel Radde de eu ter provocado a plateia. Eu desafio a Câmara a fornecer os vídeos da transmissão para mostrar se eu dirigi, em algum momento, a palavra àqueles senhores estão na plateia. Eles estão transmitindo ao vivo no Facebook. Eu os desafio a achar o momento em que eu falei alguma coisa em direção à plateia. Eu vim falar com os dois vereadores que estão aqui, eu não posso me locomover dentro do plenário da Câmara porque significa que estou provocando os as pessoas presentes. Então me desculpem, eu tenho o direito de me defender, porque é mentira o que estão falando. Eu não provoquei ninguém. Eu desafio alguém a provar que eu provoquei alguém. Inclusive os vereadores da oposição estão tentando fazer parecer que eu provoquei. Estou vindo me defender, porque eu não fiz isso e desafio a provar alguma coisa nesse sentido.

Com relação ao fato de ter dois empregos, sim, eu tenho dois empregos e eu doo 50% do meu salário de vereador. “Ah, mas tu tens dois empregos, tu podes doar”. Eu desafio os vereadores que discordam da minha postura que doem 25% do seu salário. Por que não doam? Eles não se preocupam com os trabalhadores pobres? Quer dizer que R\$ 15 mil, como vereador aqui desta cidade, é pouco para os vereadores que estão aqui reclamando de mim? Eu doo 50% do meu salário, sim, e eu não tenho vergonha disso!

Com relação aos vereadores que estão defendendo agora que tinha que ter gestão na Carris, fico feliz que eles pensem que tinha que ter gestão na Carris, mas eu pergunto onde estavam nos últimos 16 anos quando a Carris era deficitária e eles não reclamaram. Quer dizer que só agora, quando o governo tomou uma atitude para sanar o custo dessa empresa que está entrando, literalmente, em falência, eles se preocuparam em pensar em fazer gestão? Por que não estavam aqui antes para fazer gestão? Agora que vai ser vendida, querem fazer uma proposta miraculosa para entender por mais cinco anos o prazo de privatização? Onde é que vocês estavam que não viram que essa empresa estava entrando em falência? Onde vocês estavam que não estavam preocupados com a empresa entrando em falência?

Agora eu quero falar com os funcionários públicos da Carris que prestam um bom trabalho. Hoje vocês realmente estão com medo de perder os seus empregos. Isso é verdade, o medo de vocês é real, mas de quem é a culpa disso? Além de tudo que foi dito aqui, a culpa também é do sindicato de vocês, que protege os maus funcionários! Agora há pouco vocês estavam de costas para mim aqui enquanto eu falava. Vocês não respeitam a opinião das pessoas que pensam diferente de vocês. Vocês sabem por que a culpa também é do sindicato? Porque o sindicato, muitas vezes, acaba protegendo mau funcionário, só o mau funcionário, aquele que vocês sabem que, infelizmente, acabam tendo a mão passada por cima, que não vai trabalhar, que pega atestado falso, e vocês tinham que se insurgirem contra isso. Infelizmente, tentando defender a todos, inclusive, aos maus funcionários, hoje, todos vão pagar o pato. Vocês estão sendo prejudicados por causa desse sindicato que protege a todos, inclusive aos funcionários.

Eu quero falar só de um dado, infelizmente hoje, por conta dessa conduta leniente no sindicato, a Carris tem 30% mais funcionários do que é necessário para operação. Em qualquer empresa do mundo, os maus funcionários seriam demitidos. Hoje, infelizmente, os maus funcionários não são demitidos e vocês, que estão bons funcionários, são prejudicados porque carregam nas costas aqueles que vocês sabem que existem. Infelizmente não existe como fazer gestão de uma empresa em que os maus funcionários não podem ser demitidos.

Por conta da proteção a esses maus funcionários, hoje, todos estão pagando o pato, e o cidadão está bancando os R\$ 6 milhões, por mês, para manter a folha de pagamento da Carris. A Carris custa, por mês, R\$ 12 milhões. Vocês arrecadam R\$ 6 milhões com transporte; os outros R\$ 6 milhões são pagos pelos impostos. E eu entendo que esse dinheiro tem que ser usado em saúde, educação, e não para manter cargo em empresa pública.

Só para encerrar, eu concordo que tem que acabar com todos os outros cargos de confiança da empresa Carris. E se privatizar, todos os cargos de confiança vão acabar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada pela Ver^a Daiana Santos, a Emenda n° 08, destacada, ao PLE n° 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro rejeitada a Emenda n° 08 ao PLE n° 013/21.

Em votação o PLE n° 013/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sra. Presidente, Ver^a Comandante Nádia, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, rodoviárias e rodoviários, esse é o pior momento que nós vamos viver, esse é o pior momento da cidade, porque, hoje e a partir de agora, o governo se prepara para comemorar, mas não sabem que a história cobra, não sabem que as gerações futuras analisam esses momentos. Como foi a entrega do patrimônio público? Como foi a falta de desenvolvimento em determinada época? Por que não existe mais uma empresa de 150 anos que sempre existiu em Porto Alegre e que foi modelo no Brasil? Por que as trabalhadoras e os trabalhadores com enorme potencial, com enorme experiência, talvez, tenham que implorar empregos em lugares da iniciativa privada que sequer podem valorizar, realmente, os seus currículos? A história cobra, e é isso que nós queremos, Ver^a Daiana Santos, porque, lá, quando os nossos netos, que eu já os tenho, ou bisnetos, não vão poder ver, mas alguém pode dizer, em nosso nome, que nesse momento nós fazíamos a nossa parte. Nós, Ver. Aldacir Oliboni, estamos do lado certo, estamos defendendo o patrimônio público, porque essa ideia de que o patrimônio público não é de ninguém, que é a ideia do governo Melo, é um absurdo, porque o patrimônio público é exatamente o contrário! O patrimônio público é de todas e de todos! O patrimônio público é um patrimônio único de quem não tem patrimônio. Quem não tem patrimônio só tem esse do setor público, esse é o seu patrimônio. Por isso é uma vergonha que nós, hoje, vamos passar por uma situação absurda! Nós já sabemos o que vai ocorrer, nós sabemos como são os votos, vocês sabem também. As emendas foram votadas, mas estamos aqui também para lutar até o final, exatamente até o final, nesta e em qualquer causa, mas tenham certeza, eu conheço isso, acreditem na minha experiência, nós estamos fazendo a luta certa, no momento certo, com as condições que podemos. Um grande pensador que eu tive a honra de conhecer pessoalmente, professor Darcy Ribeiro, criador da Universidade Federal de Brasília, vice-governador do Rio de Janeiro, na gestão de Leonel Brizola, um homem de muitas lutas, muitas batalhas, ele falou assim: “Eu perdi a maior parte das lutas que eu travei, mas eu não queria estar, nem por um segundo, no lugar dos que venceram.”

Então, nós temos que travar a luta certa. O fato de vencermos ou não a história vai julgar. A dureza da vida que vocês vão ter a partir de agora e que a cidade vai ter a história vai julgar. E há de julgar, como sempre, severamente. Há de mostrar que aquelas pessoas que vivem vilipendiaram o patrimônio que era de todos não terão complacência da história, não terão complacência das gerações futuras; elas saberão analisar esse momento. Nós sabemos o que está acontecendo, nós sabemos o que a cidade perde e nós sabemos o que devemos fazer. Nós vamos votar com muita honra, com muito orgulho, com muita tristeza também pelo resultado, mas nós vamos votar com as nossas consciências e com a história na mão. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do PLE n^o 013/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): É muito triste ter que encaminhar esse projeto nesse momento, olhando para os trabalhadores e trabalhadoras e cientes do quanto significa para cada um e para cada uma que saem daqui hoje com a negativa que nós sabemos que teremos. Mas eu queria dizer para vocês a oposição, esses 10 vereadores que oscilou entre 10 e 11, deram o seu melhor nesta tribuna para convencer o Executivo de que esse projeto é ruim para cidade. Isso aqui não é uma disputa de correlação de forças, isso aqui não é uma disputa ideológica, porque eu tinha candidata à prefeita para cidade, e eu tenho certeza que, se nós gestássemos a cidade, além dessas galerias não estarem vazias, porque nós não estaríamos tratando desse projeto... Aliás, a Carris seria parte de um grande projeto de cidade, mas infelizmente é nesse contexto que a gente se encontra. E queria dizer isso para vocês, em nome da oposição, que já teve aqui o nosso líder falando, vocês tiveram hoje aqui o melhor da gente, o melhor de cada um de nós. Nós entregamos, e não só porque vocês estão aqui, mas porque nós acreditamos no serviço público, na empresa pública, nesta que nos entrega o melhor serviço da cidade, mas, infelizmente...

Nós temos aqui também um outro projeto em curso, que eu tenho muita certeza que, a partir desse momento, nós vamos passar a acumular forças para ir barrando esse projeto, que vocês entendam que é por isso que é necessário olhar para cada vereador, para cada vereadora que vocês ajudaram a eleger e cobrar sua postura, o seu posicionamento. Eu conheci a Manuela d'Ávila quando eu tinha 16 anos e eu a conheci ligando para o gabinete dela e cobrando o que ela nos prometeu passando lá na minha rua, lá na Av. Moab Caldas. E foi assim que eu conheci uma vereadora, foi assim que eu tracei a minha caminhada política. E é assim que a gente deve encarar cada vereador e cada vereadora. Ninguém chegou aqui por mérito isoladamente. Nós chegamos aqui a partir de uma construção, mas que conta com o apoio popular. Ninguém chega aqui sem voto. E esses vereadores e essas vereadoras vão ter que encarar as consequências de votar nesse projeto hoje, porque amanhã há de ser outro dia, e amanhã a gente se encontra na batalha, na peleia como nos encontramos aqui hoje. E amanhã é dia de dizer para o prefeito Melo que ele está tomando a decisão errada, que ele está tomando o caminho errado. Quando nós tivermos que enfrentar a pauta do transporte novamente, tenho certeza, vou dizer para vocês, não será em outra legislatura; vai ser ainda nesta que nós vamos encarar a questão do transporte, quando vamos poder dizer que nós alertamos, que nos dedicamos para que a cidade não tivesse vivenciando esse conflito.

Vocês, trabalhadoras e trabalhadores, não desistam, não acabou aqui. Ainda tem muita luta pela frente. A Carris ainda pode voltar a ser uma empresa pública. Tudo depende da luta, mas tudo depende da nossa dedicação, da nossa construção política. Não deixem dizer mais para vocês que a política não interessa, que não importa, porque ela pode ser a responsável pela demissão de vocês amanhã. Ela pode ser a responsável pelo fim do transporte público em Porto Alegre, e cada um e cada uma será responsável por esses trabalhadores e trabalhadoras.

O secretário Záchia está aqui e recebeu a proposta dos trabalhadores e trabalhadoras, o governo teve inúmeras chances, mas nós vamos seguir aqui na luta.

Votaremos contrários ao projeto porque nós entendemos o impacto que ele tem na cidade. Seguimos na luta ainda.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia; colegas vereadores e vereadoras, trabalhadores e trabalhadoras da Carris, do transporte público, cidadãos e cidadãs que nos acompanham e acompanharam, nesta tarde, aqui na Câmara de Vereadores. Hoje foi uma parte do processo, mas a nossa luta, podem ter certeza, continuará. Continuará defendendo os trabalhadores e a dignidade dos cidadãos e cidadãs, que, ao longo de uma história de vida, construíram um serviço público capaz de orgulhar muitos gestores públicos e construir uma cidade, de fato, de inclusão social para todos. Mas nem todos os governos fazem isso, infelizmente. Olhem o que aconteceu com o governo federal, em tempos de pandemia: foi um governo negacionista, negando a vacina, que era a solução para os nossos problemas. Por incrível que pareça, esse governo federal, que privatizou a Petrobras, o Pré-Sal, que privatizou a Eletrobras, hoje interfere na vida do cidadão com o preço altíssimo do gás, da luz e, mais do que isso, da gasolina. Vejam o caos que se estabelece no Brasil todo. Pois muitos cidadãos, cidadãs acreditaram nele e hoje estão revoltadíssimos por falta de uma reflexão real e concreta para uma sociedade que tem que ser abraçada e defendida em seu todo. Aqui, em Porto Alegre, não foi diferente como no governo do Estado, a política da privatização foi a grande marca do governo Leite, governador do Estado, como é a marca do governo Sebastião Melo, que foi vereador e hoje se tornou um grande capitalista. Um homem que defende a terceirização, a abertura de concessões e as privatizações, começou o seu governo demitindo mais de mil servidores da saúde, continuou privatizando a Procempa, agora privatizando a Carris, e, logo, logo, continuarão suas maldades. Por incrível que pareça, é uma das maiores decepções que o povo porto-alegrense também está tendo, porque ele abraçou o negacionismo defendido e a falta de uma política pública, como foi com o Marchezan. Pois o atual prefeito Sebastião Melo se superou, em apenas poucos meses, conseguiu aprovar projetos que desmotivaram o servidor público com a reforma da previdência, e continua desmotivando e entregando o que é mais sagrado para nós, cidadãos e cidadãs, quando somos bem servidos e atendidos como servidor público, agora ele entrega para quem? Para quem quer exatamente ter o controle dessas empresas públicas para poder ter muito, muito lucro. Lamentavelmente é isso que acontece, e o povo que paga conta. Essa é a grande verdade: em uma semana, o governo Melo demitiu 3.500 cobradores, e agora 2 mil servidores da Carris, um enorme desrespeito com a ética e a transparência na política, porque ele disse uma outra coisa quando foi candidato a prefeito. A mentira e a safadeza estão no coração desses negacionismo, não são como nós, que defendemos o serviço público, que, a cada vez

que apertamos aquele botão ali, nós observamos claramente para quem estamos votando e quem estamos defendendo, ao contrário dos negacionistas, que se entregaram desde o início do governo, aliás, um pouco antes, quando fizeram um acordo escuso aqui nesta Casa e defenderam, tiraram o PT, o PSOL e o PCdoB dessa questão. Nós só ganhamos na justiça para ter algumas representações, e eles não fizeram diferente no governo. Ou, se olhasse os vereadores que estão calados aqui, não têm CCs no governo Melo – e muitos CCs – comprometidos porque nem mesmo vêm falar aqui para defender a proposta do governo, ficam calados como se tudo estivesse dado. Não, nós continuaremos a nossa luta na defesa dos trabalhadores, na defesa do serviço público, na defesa da dignidade dos cidadãos e cidadãs. Daqui a uns dias o cidadão vai nos dar razão quando o preço da passagem continuar subindo, quando os recursos do subsídio continuarem aumentando e quando a Carris não for liquidada, porque a nossa luta não está perdida! É isso que nós vamos fazer! A nossa luta não está perdida, nós vamos entrar na justiça, vamos reverter esse caso como tantos outros, e os senhores e as senhoras vão ter que dar satisfação aos eleitores de vocês! Uma verdadeira falácia, uma verdadeira insubordinação! Chegaram a reunir os trabalhadores para pedir o voto, e hoje fazem o contrário, votando nas costas, na demissão, porque quem, em tese, está demitindo os trabalhadores aqui são os vereadores desta Casa, e nós vamos observar que amanhã terá muitos casos por aí, para concluir, Presidente, muitos casos por aí para divulgar quem está do lado certo e quem está ao lado dos trabalhadores. A nossa luta continua. Força, fé, trabalhadores, parabéns pela mobilização de vocês!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado, minha cara Presidente Nádia, senhoras e senhores, nossos servidores da Carris, eu falo aqui em meu nome, Ferronato, e em nome do meu partido PSB nesta noite, registrando que nós somos contrários às privatizações, nós acreditamos no serviço público, acreditamos no servidor público, nós acreditamos na empresa pública, acreditamos na necessidade de empresa pública em serviços estratégicos, e o transporte público é estratégico para qualquer cidade. Tenho as minhas dúvidas, parece-me que hoje lá se vai a nossa Carris com seus 150 anos de história e de serviço prestado, com qualidade, ao setor público. Quero dizer que acredito que, se tivéssemos um plebiscito, as coisas não andariam assim e este projeto talvez nem chegasse à Câmara. Por isso eu quero registrar aqui que vamos votar contrários ao projeto. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Trabalhadores da Carris, trabalhadoras da Carris, parabéns, parabéns pela dignidade, parabéns pelo exemplo que vocês estão dando para o conjunto da classe trabalhadora de Porto Alegre. Nós sabemos o resultado. De fato, a relação de forças nesta Câmara de Vereadores é desfavorável para o povo de Porto Alegre. A relação de forças nesta Câmara de Vereadores é favorável a um governo cujo programa responde aos interesses de uma minoria privilegiada que controla o sistema privado de ônibus, uma minoria privilegiada que quer dominar, que quer reproduzir os seus interesses e derrotar o conjunto da classe trabalhadora. A batalha que nós tivemos hoje, eu quero deixar muito claro: foi uma batalha no terreno parlamentar, e as coisas precisam ser definidas pelo seu nome. Nós estamos, sim, sendo derrotados na votação que nós teremos logo mais. E os trabalhadores da Carris e as trabalhadoras da Carris, sim, estarão também sendo derrotados. Mas é uma batalha, uma batalha importante, e nós sabemos que é uma batalha importante, mas não é o fim da linha. É muito importante ter consciência de que não é o fim da linha, muito importante, porque o governo aprovando o seu projeto não é verdade que ele já terá todas as condições para aplicar o seu projeto; eles, sim, como eu disse várias vezes, ganharam um cheque em branco da Câmara de Vereadores, mas eles vão ter que preencher cheque, eles vão ter que encaminhar a privatização, ou vão ter que encaminhar o problema das linhas, eles vão ter que ter políticas para os funcionários. Então, eles vão ter que aplicar e esse projeto. E esse é um tempo precioso, é um tempo precioso para que os trabalhadores da Carris redobrem a sua capacidade de luta e de organização. Eu não tenho dúvida que nós tivemos dias em que os trabalhadores da Carris aprenderam por anos. O governo teve... o governo contou com a pandemia, se nós não estivéssemos na pandemia não teria desculpa para que este plenário... este plenário estaria lotado, eles contaram com a pandemia, eles usaram a pandemia para impor a sua política. Eu sei, por experiência, que a luta dos cobradores, que foi uma luta forte que os rodoviários fizeram, e que se venceu aqui nesse plenário numa outra relação de forças parlamentar, a luta dos cobradores não foi superior à luta que os trabalhadores da Carris realizaram. O que ocorreu, isso sim, foi que os trabalhadores da Carris ficaram isolados, mas esse isolamento dos trabalhadores da Carris também lhes trouxe lições. Os trabalhadores da Carris realizaram uma greve, uma greve por tempo indeterminado sem o apoio do sindicato, eles se auto-organizaram e aprenderam com esse processo de auto-organização; os trabalhadores da Carris sabem quem é quem na empresa, eles não sabiam antes dessa luta. Os trabalhadores da Carris não se conheciam como se conhecem agora, e são centenas, meus vereadores e vereadoras, saibam que são centenas, prefeito Melo, eles não vão sair de cabeça baixa. Eu vi o que o Max mandou, que é delegado sindical, da assembleia que fizeram aqui fora, são centenas que estão de cabeça erguida, são centenas que estão dizendo estamos dispostos a seguir lutando, são centenas que não vão se curvar, são centenas que têm dignidade, são centenas que já conhecem quem é quem nesta Câmara de Vereadores, e sabem quais são os vereadores que se curvam para os interesses dos patrões. Isso é muito importante, a consciência de quem luta, a consciência daqueles quem lutam e que sabem identificar também aqueles que são seus inimigos, e os que estão aqui sabem

identificar, a partir de agora, quem são seus inimigos, não vão precisar de intervenções externas. Eu, várias vezes, disse na Carris, várias vezes, e repito aqui nessa Câmara de Vereadores: não confiem em parlamentos como este, confiem apenas na sua luta, na sua organização independentemente, na sua consciência e na sua indignação. Contem conosco! Contem conosco, porque a luta não terminou, e aqueles que acham que vão ter o caminho firme e fácil, o caminho fácil para derrotar os trabalhadores rodoviários se enganam, porque depois de hoje tem amanhã, e foram dias que valeram por meses. Parabéns, trabalhadores da Carris, sigam na luta, sigam organizados defendendo seus interesses.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 013/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa noite, Presidente dos trabalhos, Ver.^a Comandante Nádia; aos colegas que nos acompanham, com muito respeito aqui, os vereadores que pensam diferente, os vereadores da oposição, que demonstraram, durante o dia, muita luta por parte da defesa dos seus projetos, isso é a democracia. Mas, em nome da bancada do PSDB, eu preciso me manifestar, em primeiro lugar, para deixar claro aqui que não é um dia feliz, não é um dia feliz porque quem estuda gestão pública e todos aqui que são apaixonados por gestão pública realmente se dão conta que os governos que estiveram à frente da cidade não tiveram êxito com a questão de termos uma empresa pública de ônibus. No fim da década de 1980, Ver. Idenir Cecchim, início da década de 1990, lembro aqui que eu tenho certeza que o governo Olívio Dutra e o governo Raul Pont não queriam que tivesse ocorrido o que ocorreu na fazenda pública, e eu tenho os dados aqui do acordo, foram R\$ 12 milhões em indenizações, estimados agora 12 milhões de dólares, depois de *plus* tarifário; uma empresa inteira com 48 ônibus novos na época, era a empresa Restinga, teve que ser entregue. E isso tudo são consequências, sim, de erros de gestão. Tivemos equívocos em vários governos. Eu falo aqui sobre isso porque eu não tenho como dizer outra coisa a não ser que a bancada do PSDB fez um profundo debate, e dentro da bancada do PSDB temos defensores majoritários ou minoritários de posições divergentes, Ver. Idenir Cecchim, alguns que defendem o Estado mais mínimo, outros que defendem o Estado necessário. E, nesse debate profundo, eu preciso dizer aqui que a bancada do PSDB vai manter a sua coerência por ter encaminhado a consultoria que lá se instalou, ainda no governo anterior, Oliboni, com a Helen, que estava à frente da Carris na época, e essa consultoria demonstrou os problemas financeiros que se arrastam nas últimas décadas. Porém, assumo um compromisso aqui, a bancada do PSDB, tivemos vereadores que debateram muito o assunto, e nós, com muito cuidado, eu particularmente, não vou fazer uma comemoração do resultado desse projeto porque realmente nós conhecemos inúmeros apaixonados funcionários da Carris. São pessoas que realmente, muitos, apaixonados e bons funcionários da Carris, que a gente entende

o seu momento, por isso quero deixar claro, me solidarizando a alguns discursos. E eu disse isso na reunião de líderes, o Ver. Pedro Ruas acompanhou inclusive, que essas provocações elas não são de um lado somente, elas são bilatérias, e a gente tem que ter compreensão que a democracia faz parte para a gente entender as questões. Porém a bancada do PSDB, debatendo por manter a sua coerência, por acreditar que no momento temos que assumir, sim, perante a população, e falam aqui, e ouvi muito hoje calado: “Ah, mas a Carris, lá na Europa, em Lisboa é estatal”. Sim, temos um povo lá diferente, Ver. Idenir Cecchim, temos administrações públicas, talvez tenhamos que avaliar profundamente os erros destes vários partidos aos quais nós nos incluímos, porém o a bancada do PSDB vai manter a sua coerência e vai, no momento deixar, muito claro à sociedade vendo o grande número de recursos, Ver.^a Comandante Nádia, depositados no desequilíbrio financeiro na Carris, milhões e milhões, quando faltam, no poder público, recursos para saúde, educação, trabalho, vamos nos manter fiscais, Ver. Cassiá Carpes. Sobre como ficará a dívida trabalhista, Ver.^a Comandante Nádia, Ver.^a Mônica Leal, porém a bancada do PSDB aqui encaminhará o “sim”. A bancada do PSDB, para manter a sua coerência votará “sim” ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a o PLE nº 013/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Declaro aprovado o PLE nº 013/21.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 22h37min.)

* * * * *